



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

FELIPE DOS SANTOS LOPES

**POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DE ACESSO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE: UM ESTUDO SOBRE O BÔNUS DO ARGUMENTO DE INCLUSÃO
REGIONAL E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE ACADÊMICA.**

Brasília

2022

FELIPE DOS SANTOS LOPES

**POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DE ACESSO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE: UM ESTUDO SOBRE O BÔNUS DO ARGUMENTO DE INCLUSÃO
REGIONAL E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE ACADÊMICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Junior

Brasília

2022

AGRADECIMENTOS

É comum de ouvir em meu restrito círculo de amizades que com o passar do tempo, nos tornamos mais sábios, mais lentos e atentos a nossa percepção de mundo. Assumindo tal narrativa como verdadeira, gostaria de acrescentar que a gratidão é um dos sentimentos que adquiri com o tempo, dado o devido tempo empregado na formulação de um estudo, na educação de um filho, na descoberta de um amor, em tudo o tempo me ajudou a perceber o que realmente me importava e o que já não me servia de forma adequada.

O tempo me ensinou que quando se tem um objetivo, nem sempre se alcança um resultado, é importante reconhecer que precisamos de apoio, precisamos de suporte, até mesmo uma palavra de consolo, ainda mais em períodos tão inimagináveis.

Utilizo deste espaço para agradecer todos aqueles que de forma direta e indiretamente me deram apoio para alcançar este objetivo, mas em especial, meu querido Orientador. Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Junior, que não somente que ajudou a organizar minhas ideias, afinar minha escrita, direcionar meus estudos, mas também se comportou com um verdadeiro amigo, sempre disponível e preocupado com a minha individualidade.

Gostaria de agradecer aos meus pais e irmã, os quais sem eles, eu não teria ingressado neste valoroso programa de mestrado, visto que deles eu consigo a recordação do motivo pelo qual acordo todos os dias.

Gostaria de agradecer meu socio Lucas, o que em qualquer momento esteve presente para ouvir meus questionamentos, mesmo que em ambiente virtual com uma diferença de dois fusos horários. Gostaria de agradecer minha querida amiga Daniella, a qual compartilhei a experiência de cursar um mestrado, mesmo que em outro continente, e já deixo consignado que gostaria de compartilhar as vivências de um doutorado logo em breve.

Infelizmente a timidez não me possibilita ser tão eloquente em agradecimentos, mas acredito que ela não me impede de ser grato, então, muito obrigado a todos que presenciaram esta jornada, especialmente você...

RESUMO

No Brasil, o acesso as universidades públicas se mostram cada vez mais concorrido. Com o advento do Sistema de Seleção Unificada - SiSU, a seleção proporcionou o aumento do escopo de candidatos aptos a candidatar-se as vagas independentemente da localidade da instituição pretendida, criando situações específicas em função de algumas dinâmicas de movimentação estudantil dentro do território nacional. Em 2018 a Universidade Federal do Acre-UFAC, implementa uma ação afirmativa com a finalidade de equiparar as condições de concorrência de alunos do Acre em função das desigualdades na qualidade e oportunidades da educação básica. Com a implementação desta política espera-se que se criem condições favoráveis a superação de processos de emigração de profissionais do estado do Acre, logo após a conclusão do curso superior, bem como a redução do número de vagas ociosas e evasão de estudantes ao longo do curso. O estudo se propõe a identificar os impactos nestes dois objetivos pretendidos pelo bônus do Argumento de Inclusão Regional

Palavras-chave: Fuga de Cérebros, Sisu, Política de Inclusão Regional, Política de Evasão e Retenção Escolar.

ABSTRACT

In Brazil, access to public universities is increasingly competitive. With the advent of Unified Selection System - SiSU, the selection provided an increase in the scope of candidates able to apply for vacancies regardless of the location of the intended institution, creating specific situations due to some dynamics of student movement within the national territory. In 2018, the Federal University of Acre-UFAC implements an affirmative action in order to equalize the conditions of competition of students in Acre due to inequalities in the quality and opportunities of basic education. With the implementation of this policy, it is expected that favorable conditions will be created to overcome the processes of emigration of professionals from the state of Acre, soon after the conclusion of the higher education course, as well as the reduction of the number of idle vacancies and dropout of students throughout the course. The study aims to identify the impacts on these two objectives intended by the bonus of the Regional Inclusion Argument

Keywords: Brain Drain, Sisu, Regional Inclusion Policy, Dropout Policy and School Retention.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de chamadas Sisu UFAC. Fonte: site da UFAC	47
Tabela 2 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos pelo Sisu na UFAC entre 2014-2021	53
Tabela 3– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2014 Sisu na UFAC entre 2014-2021	54
Tabela 4– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2015 Sisu na UFAC entre 2015-2021	55
Tabela 5– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2016 Sisu na UFAC entre 2016-2021	55
Tabela 6 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2017 Sisu na UFAC entre 2017-2021	55
Tabela 7 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2018 Sisu na UFAC entre 2018-2021	55
Tabela 8– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2019 Sisu na UFAC entre 2019-2021	55
Tabela 9– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2020 Sisu na UFAC entre 2020-2021	56
Tabela 10 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2021 Sisu na UFAC em 2021	56
Tabela 11– Alunos transferidos em relação a naturalidade Sisu na UFAC entre 2020-2021.....	56
Tabela 12– Lista de cursos que tiveram alunos transferidos na UFAC entre 2014-2021	64
Tabela 13– Alunos transferidos em relação a naturalidade Sisu na UFAC entre 2020-2021.....	66
Tabela 14– 1º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.....	71
Tabela 15– 2º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.....	74
Tabela 16– 3º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.....	78
Tabela 17– 4º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.....	82
Tabela 18– Grupo de fatores relacionados à fuga de talentos.	84
Tabela 19– correlação dos grupos de fatores por codificação das entrevistas.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de chamadas da seleção de alunos no período de 2015 – 2021	48
Gráfico 2- Número de chamadas da seleção de alunos do 1º semestre do período de 2015 - 2021	49
Gráfico 3 - Número de chamadas da seleção de alunos do 2º semestre do período de 2015 – 2021	49
Gráfico 4- Número de transferidos oriundos de outras unidades da federação.	57
Gráfico 5- Número de transferidos oriundos do Acre.	57
Gráfico 6- Comparativo de alunos transferidos da UFAC.....	58
Gráfico 7- Demonstração de alunos desistentes da UFAC.	59
Gráfico 8- Demonstração de alunos transferidos da UFAC.....	60
Gráfico 9- Demonstração de alunos transferidos nos cursos de Direito Medicina e Engenharia Agrônômica	65
Gráfico 10- Proporção de alunos acreanos ingressos nos cursos de graduação entre 2014- 2021.	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de inscritos do SiSU 2020 2ª edição UFAC.....	42
Figura 2 – Quadro das 10 maiores cidades de inscritos ao SiSU 2020 2ª edição UFAC.....	43
Figura 3 – Quadro IDEB municípios do Acre, fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1998911	46

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
1.1-Objetivos	11
1.2 Justificativa	12
1.3 Contexto.....	13
2. REFERENCIAL	20
2.1 Brain drain interestadual.	20
2.2 Fuga de cérebros compreendida no Brasil	25
2.3 Políticas de regionalização do ensino	27
2.4 Intersecção da fuga de talentos e a regionalização do ensino superior	30
2.5 Um paralelo entre a bonificação e a regionalização do ensino superior	33
3. MÉTODO DE PESQUISA	37
3.1 Classificação, abordagem e tipo de pesquisa	37
3.2 Características da organização UFAC	38
3.3 Perfil da amostra	39
3.4 Entrevistas e análises	39
3.5 Procedimentos de análise de dados das entrevistas	41
4. TESTES E ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES	41
4.1 Banco de dados	41
4.2 Processo de seleção	47
4.3 O impacto da ação afirmativa nas transferências da instituição	50
4.4 Apresentação das entrevistas	68
4.5 Conteúdo das entrevistas	70
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	89
5.1 Impactos acadêmicos da implementação bonificação	90
5.2 Impactos sociais da implementação da bonificação	93
5.3 Proposta de intervenção	96
6. CONCLUSÕES	98
REFERENCIAS	104

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o Estado brasileiro adotou posicionamentos diversos sobre o fomento, ampliação e acesso ao ensino superior público, onde se pode apontar como atual perfil desta política o viés democrático, massivamente presente em normas e diretrizes educacionais como é o caso da adoção de ações afirmativas oriundas da lei 12.711/2012 e a unificação do processo seletivo em sistema de seleção denominado Sistema de Seleção Unificada – Sisu, de acordo com a Portaria Normativa MEC nº 21 de 2012.

Buscando avaliar o sistema de seleção das universidades públicas, Cortella (1987) aponta que o sistema de seleção composto por vestibulares se mostrava deficiente por se pautar na meritocracia desprendida da realidade subjetiva de cada grupo de pessoas e estar desassociado da educação básica sem compreender as deficiências que este possui referente à qualidade do ensino.

Muito embora o texto das normas anteriormente referenciadas se proponha a mitigar questões sociais históricas, como o racismo estrutural e a meritocracia na educação, alguns desdobramentos desta política de cotas e seleção unificada tornaram mais evidente questões e problemas que a sociedade acreana possui no aspecto da educação básica.

O estado do Acre é um dos mais isolados do país, em função da malha rodoviária e aeroviária serem deficientes e onerosas aos que demandam sua utilização, fato que gera impacto direto no valor das mercadorias e serviços prestados, situação que se agrava mais no interior do estado. A presença de profissionais de educação e saúde é reduzida, onde pode-se encontrar professores no interior do estado lecionando sem formação específica ou até mesmo somente com o ensino médio completo. Ainda sobre as particularidades que o estado possui em relação aos grandes centros urbanos, pode-se apontar a precarização estrutural das escolas e redes de ensino básico, onde podemos apontar a ausência de escolas ou uma má distribuição destas vagas que dificulta o acesso e permanência de uma parcela da população.

Sobre a estrutura superior de ensino, o Estado possui apenas uma Universidade Federal e um Instituto Federal, os quais se ramificam pelo interior do Acre, em especial

em regiões onde o acesso à educação básica é deficiente, por meio de programas e projetos de capacitação de professores, visando mitigar as desigualdades.

Diante do breve resumo sobre a situação da educação de base no estado do Acre depreende-se que este estado possui particularidades as quais não devem ser desconsideradas no momento da seleção para o ingresso no ensino superior.

Com a adesão ao Sisu por parte da UFAC, no ano de 2012 foi possível efetuar as primeiras matrículas dos alunos somente em 2013, momento em que a universidade presenciou um fato nunca antes visto, o curso de Medicina não teve nenhum matriculado na primeira chamada deste ano, justamente por nenhum dos convocados ter efetuado sua matrícula, conforme Abreu (2014) havia determinado como grande probabilidade de ocorrência deste fenômeno de rejeição das vagas ofertadas na primeira chamada do SiSU, fato que gerou na UFAC a necessidade de efetuar 5 chamadas para completar o total de 40 vagas ofertadas, onde somente uma destas vagas foi preenchida por um aluno acreano. Os índices de alunos acreanos ingressos na primeira chamada também estavam abaixo do esperado quando avaliados outros cursos da instituição neste mesmo processo seletivo.

Ao longo dos anos, a instituição se viu obrigada a manter um processo de seleção extenso com muitas chamadas que perduravam por meses, até mesmo adentravam o início do semestre letivo. Paralelo ao fato narrado, a instituição também sofria com os números elevados de evasão ao longo do curso, em especial nos primeiros períodos dos cursos onde a maioria dos alunos era natural de outros estados. Como uma instituição de ensino superior pública deve apresentar para a sociedade um resultado desejado, sendo um destes resultados a formação de profissionais capacitados, a UFAC se via obrigada a republicar estas vagas, oriundas de desistências cancelamentos e transferências, em editais próprios de vagas residuais e remanescentes, gerando mais gastos para instituição no que se refere a processos seletivos.

Para além de instituir o Sisu como processo seletivo, a Portaria MEC nº 21 de 2012, autorizou às Instituições de Ensino Superior, para além das cotas implementadas pela lei, implementar reserva de vagas e bonificação sobre a nota do estudante decorrentes de políticas públicas de ações afirmativas adotadas pela instituição.

Em função da necessidade de nivelção da concorrência entre os alunos egressos do ensino básico da regional Acre em relação aos demais egressos do país, bem como reduzir os índices de evasão e retenção, bem como aumentar a fixação de profissionais na regional Acre, institui-se uma política de regionalização de acesso ao ensino superior, por parte da própria UFAC, mediante aprovação em seu conselho universitário, instituído de Bônus do Argumento de Inclusão Regional, por força da resolução CONSU/UFAC 25 de 2018, a qual, em síntese, institui bonificação de 15% sobre a nota no Sisu, aos candidatos que estudaram o ensino médio integral de forma presencial na regional Acre, que compreende os municípios do Acre, bem como Guajará e Boca do Acre no estado do Amazonas e os vilarejos de Vista Alegre e Vila Extrema no estado de Rondônia.

Ao longo do ano de 2019, a política pública foi implementada e gerou efeitos, dentro e fora da Universidade, como por exemplo a judicialização da resolução CONSU 25 de 2018 por parte de alguns interessados em descontinuar a aplicação do bônus, o manifestado apoio da sociedade em relação ao bônus e o surgimento de uma adequação por parte da administração quanto ao texto da resolução, visto que no momento de sua implementação uma particularidade do estado não foi contemplada pela redação, qual seja a inserção dos programas de ensino modulares presenciais com carga horária mínima de 1200 horas, fato que gerou a alteração implementada pela resolução CONSU/UFAC de nº 58 de 2019, a qual modifica o texto da anterior para ampliar o rol de possibilidades para concorrência com o bônus.

Dito isto, ao apontar todas as necessidades do estado do Acre, dos alunos e da Universidade enquanto uma autarquia fundacional, que possui como finalidade o ensino pesquisa e extensão, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: O bônus do argumento de inclusão regional se mostra eficiente como política de regionalização que se propõe à reduzir a evasão e aumentar a fixação de profissionais no acre?

1.1-Objetivos

Buscando obter resposta ao problema anterior exposto, se propõe como objetivo geral apresentar os reflexos da política de regionalização, adotada pela Universidade

Federal do Acre, relacionados aos aspectos gerenciais da administração. Para consolidar a intenção geral do trabalho, propõe-se os seguintes objetivos específicos:

1-Delimitar o comportamento estudantil após a implementação da política no tocante as dinâmicas de evasão e retenção na UFAC;

2-Verificar se a política trouxe impacto positivo no processo seletivo para a instituição;

3-Identificar o potencial que a política possui na superação do *brain drain* – fuga de cérebros no estado do Acre.

1.2 Justificativa

Como já mencionado, o processo 23107.018904/2018-36 aponta que Acre sofre com o isolamento geográfico e social em relação às demais regiões do Brasil, o bônus do Argumento de Inclusão Regional vem como uma alternativa para equiparar a qualidade do aprendizado dos estudantes no Acre, em relação aos demais estados no momento da concorrência a uma vaga na única universidade federal do estado, por meio do SiSU.

Enquanto membro da sociedade acreana, vislumbro pertinência quanto a aplicação da bonificação, sendo comprovadamente um marco na história da UFAC, a política pública deve ser avaliada com um enfoque institucional, como foi dado no momento da sua aprovação pelo CONSU, mas principalmente pelo viés social e jurídico. O presente constructo se propõe a sopesar as três avaliações, buscando apontar a melhor ótica sobre o assunto.

A Universidade Federal do Acre já responde um processo judicial, em que foi deferida liminarmente a tutela de urgência a um aluno, para que o mesmo se matricule no curso pretendido, fundamentada em um questionamento quanto à legalidade do bônus do Argumento de Inclusão regional, o que já demonstra ocorrer a judicialização da política em debate, podendo alterar a sua aplicação na instituição. Importante mencionar que a decisão foi restrita e não gerou efeitos contra terceiros, sendo garantida, ainda, a aplicação do bônus, mas, em sentença final, o entendimento pode ser outro.

Ainda sobre os debates desta política, em consulta ao banco de dados da instituição, infere-se que a estrutura da resolução já sofreu alteração, o que ampliou o rol de beneficiados pela demanda. A referida reanálise se deu por força da gestão gerencial, visto que a administração pode, em razão da sua autonomia gerencial, reorganizar a ação afirmativa para compreender o público que não estava resguardado em função das particularidades do sistema de ensino acreano. Vale destacar que a participação da sociedade foi de grande importância para movimentar a administração em dois momentos, na instauração do bônus e na reformulação, pois nas duas ocasiões a universidade recebeu questionamentos, por meio de processos, consultas, e solicitações, questionando se não seria possível solucionar a demanda social.

Enquanto política pública que impacta diretamente o acesso de estudantes à UFAC, levando em consideração que a Universidade existe inicialmente em razão do ensino e este ensino requer estudantes, fica cabalmente demonstrado o impacto e a importância que os resultados terão na organização da Instituição ao longo dos anos, merecendo haver um estudo bem detalhado e direcionado a garantir o melhor resultado com o viés avaliativo da política implementada.

Compreende-se que a política estudada se propõe a trazer efeitos diretamente ligados às dinâmicas relacionadas ao processo seletivo SiSU, o qual possui uma certa tendência a acentuar os processos migratórios de alunos entre estados do país, conforme já demonstrado por estudos realizados anteriormente, como os apresentados por Czerniask (2014) e Santos (2013).

1.3 Contexto

O bônus do Argumento de Inclusão Regional, teve sua origem por meio de uma pressão social que a UFAC vinha sofrendo para reconhecer a precariedade do ensino básico no estado e agir em favor da mitigação destas desigualdades nos processos de seleção da instituição. Antes de implementar a bonificação, no ano de 2016, a temática foi assunto de discussão na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, momento em que o líder do Partido Comunista do Brasil – PSDB, mas não logrou êxito em aprovar um projeto lei capaz de efetivamente proporcionar esta equiparação nas oportunidades de acesso dos estudantes acreanos.

O Bônus do Argumento de Inclusão Regional implementado na UFAC se é em sua essência uma ação afirmativa aplicada ao processo seletivo SiSU, onde sua principal finalidade encontra respaldo na possibilidade de tornar as condições de acesso à universidade pública mais democráticas, sendo reconhecido as diferenças entre as regiões do país no que se refere à qualidade da educação básica.

Em seu estudo, Li (2016) atribui como um dos efeitos da adesão ao SiSU para a administração das universidades justamente o potencial que este processo de seleção tem em aumentar a evasão escolar ao longo do curso, em especial no primeiro ano do curso.

Sobre o processo de estudo, elaboração e aprovação, importante mencionar que, em se tratando de uma ação afirmativa que com potencial de gerar impacto direto na seleção de candidatos aos cursos de graduação da UFAC em um processo seletivo nacional, foi necessário a adoção de um rigor técnico, sendo produzido um estudo técnico apresentado por membros do corpo funcional da instituição e representantes dos estudantes na instituição.

Como fase inicial deste estudo, se propôs identificar e compreender o problema vivenciado pela sociedade. Em seu relato técnico, apresentado no processo de nº 23107.018904/2018-36, a comissão informa que identificou as condições educacionais, por meio de índices estruturais e índices educacionais disponibilizados pelo INEP, e em posse destes dados, constatou que havia uma diferença significativa ao avaliar o estado do Acre em relação aos outros estados da federação.

Após a delimitação e compreensão do problema, adentra-se na pesquisa e avaliação de alternativas viáveis para sua mitigação dos efeitos negativos vivenciados pela sociedade acreana. Nesta etapa do processo os esforços foram separados em dois direcionais. O primeiro centrou-se na identificação de ações que se propunham a confrontar situações similares em outras universidades federais ou estaduais. Neste momento a comissão identificou que haviam casos bem-sucedidos de implementação de políticas de bonificação que incrementavam o resultado final dos alunos oriundos de uma determinada região, mas em sua grande maioria estavam localizados no âmbito de universidades estaduais, criando bonificações diferenciadas para regiões dentro de um mesmo estado.

Em paralelo, a segunda linha foi direcionada à avaliação da legalidade e limites que a universidade deveria se restringir no momento da adoção de alguma destas medidas. Desta avaliação surge a compreensão de que a edição de uma política de bonificação regional dentro do SisU não seria um problema, dado a autorização legal que a lei de cotas combinada com a lei do SiSU dava à instituição para adotar ações afirmativas singulares.

Em um terceiro momento a comissão buscou contato com outras instituições que já haviam implementado ações afirmativas no mesmo sentido pretendido. O referido processo de interlocução interinstitucional se deu por meio de agentes ligados a administração superior, sendo feitas entrevistas para compreender os impactos, dificuldades e mecanismos que proporcionaram a implementação destas ações similares em outras instituições.

Por se tratar de uma temática complexa com impacto na seleção de alunos da graduação, na UFAC, a instituição optou por fazer uma consulta pública com uma parcela da população estudantil que cursava o 3º ano do ensino médio, com a finalidade de obter uma resposta quanto a viabilidade da política junto ao público alvo em potencial.

Ao fim do processo de edição da minuta de resolução, a comissão encaminhou os autos ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Acre, o qual deliberou, e aprovou a resolução nº 025 de outubro de 2018 que versa sobre esta bonificação sobre a nota no SiSU.

O bônus do Argumento de Inclusão Regional é uma política pública que se justificativa no momento de sua implementação em quatro grandes aspectos: equiparação das condições de acesso ao ensino público; política de interiorização; fixação de profissionais na regional Acre, impacto na retenção e evasão escolar.

No momento da elaboração desta ação afirmativa, o estudo que propôs a adoção desta política se debruçou na avaliação do quantitativo necessário para superar as disparidades regionais que os alunos oriundos do Estado do Acre e municípios adjacentes possuíam em função de índices educacionais e estruturais obtidos por meio de consulta ao censo.

Dentre estas quatro justificativas, importante avaliar individualmente as últimas três dado a necessidade de avaliação que o presente estudo as atribuí, parar depois definir os métodos de avaliação dos impactos que a ação irá causar.

De acordo com, Abrucio (2017) a política educacional de base no Brasil enfrenta cinco heterogeneidades que impactam diretamente na sua eficiência, quais sejam: físico-territorial, demográfica, regional, socioeconômica e institucional. No momento em que o autor descreve a heterogeneidade físico-territorial depreende-se que possui origem na extensão continental que o Brasil possui e na falta de atenção histórica que certas regiões tiveram no tratamento por parte do governo ao longo dos anos.

O impacto físico-territorial se mostra na latente dificuldade que certas regiões possuem em obter materiais escolares, estrutura adequada, transporte escolar, formação inicial e continuada e acompanhamento escolar, circunstancia que prejudica a equiparação do ensino dentro do território nacional.

Ainda utilizando os ensinamentos de Abrucio (2017), referente ao impacto que a heterogeneidade regional possui na qualidade da educação básica, o autor ensina que o Brasil, ainda em função da sua extensão continental e formação colonial, proporcionou o desenvolvimento de várias culturas regionais, com suas particularidades que geram um sentimento nativista, o que se desdobra na educação em uma discursão sobre adaptar o currículo para compreender a cultura local, bem como diferenças nas necessidades escolares, como a merenda escolar, e como essa logística deve ser trabalhada.

O terceiro ponto importante ao estudo denomina-se heterogeneidade institucional, e surge, em função dos apontamentos de Abrucio (2017), no momento da transformação dos municípios em entes federativos com autonomia governativa, transferindo-lhes a responsabilidade pela implementação das políticas sociais, nas quais a educação encontra-se inserida, mas sem qualquer avaliação sobre as dificuldades financeiras que cada município poderia enfrentar em função do seu tamanho ou economia pouco desenvolvida. Os municípios passam a responder pela educação de base, mas sem os recursos necessários a superação das outras heterogeneidades, o que se desdobra em um agravamento dos problemas já enfrentados na educação básica.

Imperioso destacar que a educação superior além de sofrer os mesmos problemas com as heterogeneidades já mencionadas, ainda tem de conviver com os efeitos de uma educação básica deficiente. A política de interiorização vem como um remédio para reduzir as heterogeneidades apresentadas anteriormente, não se restringindo à educação básica, mas adentrando a educação superior e profissionalizante. No âmbito da educação superior podemos citar o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI instituído por meio do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 por parte do Governo Federal.

O REUNI em suas diretrizes, se propõe a criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior na graduação, utilizando a estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais, vejamos o texto da lei:

Art. 1 Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

[...]

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

Depreende-se da leitura da legislação, que a política de interiorização produzida pelo Estado busca se articular para mitigar o dano que as homogeneidades causam em na educação básica e superior, evidenciado em especial no art. 2º, inciso VI onde se determina a articulação entre graduação e pós-graduação com a educação básica, visto que até as dificuldades vivenciadas na educação pública são ainda mais latentes ao avaliarmos os diferentes níveis de educação.

Embora o Estado detenha o interesse e os mecanismos para articular ações possam superar as desigualdades enfrentadas na educação básica, estas mudanças demandam um lapso temporal que compreende uma política de médio à longo prazo, não sendo possível sentir seus efeitos diretamente no ingresso de alunos na graduação. Compreendendo que a demanda social por profissionais de diversas áreas no estado do Acre é alta, a política de regionalização do acesso ao ensino superior se propõe a mitigar estas falhas, em especial a físico-territorial e a regional institucionais, visto que as heterogeneidades demais heterogeneidades são trabalhadas na política de cotas instituída pela lei nº 12.711/2012.

A segunda justificativa utilizada para implementar a política de regionalização do ensino se apresenta como a necessidade de fixar profissionais formados em diferentes áreas no estado do Acre. Para tanto, se mostra necessário avaliar a documentação acostada aos autos do processo administrativo nº230107.018904/2018-36 que se encontra arquivado na UFAC. Da avaliação dos autos, infere-se, em especial quanto ao estudo acadêmico, jurídico, e estatístico de viabilidade para implementação do bônus, que foram elaboradas consultas em conselhos de classe específicos, visando avaliar a quantidade de profissionais registrados em cada conselho que podem atuar em suas respectivas profissões.

O Conselho Regional de Medicina informou que existem 261 médicos formados pela UFAC registrados dentro de um universo geral de 983 profissionais, mas ao ser questionado o número de médicos ativos formados pela UFAC, o número cai de 261 para 101 médicos aptos a exercerem a profissão. O curso de medicina possui mais de 15 anos na instituição, atualmente conta com o ingresso de 40 alunos por semestre, mas gerou efetivamente 10,27% dos profissionais totais atuantes no Estado.

Em resposta, o Conselho Regional de Enfermagem apresentou dados similares ao de medicina, apontando que em um universo de 2.138 profissionais registrados e ativos, somente 291 eram formados pela UFAC e acreanos, representando um vamos de 13,61% dos profissionais totais registrados. Por fim, o estudo apresenta a resposta do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no qual aponta como número total 6.780 profissionais registrados, dos quais apenas 773 são acreanos graduados pela UFAC, totalizando um percentual de 11,4% dos acreanos formados pela UFAC.

Diante do exposto, fica evidente que a UFAC não produz o impacto pretendido no que se refere a produção de profissionais capacitados que possam sanar as demandas sociais da regional Acre, sendo o bônus do Argumento de Inclusão Regional, uma alternativa para ampliar as chances de formação e fixação destes indivíduos no Acre.

A terceira justificativa apresentada para instituir o bônus do Argumento de Inclusão Regional é a o impacto que a medida pode ter na política de evasão e retenção universitária. Em síntese, com o advento do REUNI ficou evidente o intuito do Estado em evitar ao máximo a evasão escolar universitária, bem como ampliar o número de graduados, de acordo com os art.1º e art.2º, inciso II do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

A evasão escolar universitária compreende todas as formas de saída da instituição exceto a formação. Para o presente constructo, revela-se importante diferenciar os tipos de evasão que a UFAC trabalha, e quais os tipos de evasão que a política de regionalização procura reduzir. Em função do art. 283, parágrafo único depreende-se que as hipóteses de evasão do curso compreendem os jubilaamentos, falecimentos, desistências, transferências, reopções de curso (na mesma instituição) e remanejamento (na mesma instituição), dos quais somente as desistências e transferências possuem relação direta com o bônus do Argumento de Inclusão Regional, em virtude destas formas de evasão se relacionar com fatores externos a instituição.

Art. 283. Constituem-se vagas residuais:

I – as remanescentes que não forem preenchidas no processo seletivo;

II – as resultantes de desligamento do curso.

Parágrafo único. Considera-se desligamento do curso:

I – os casos de jubilaamento, falecimento e desistência;

II – as transferências para outras instituições de ensino superior;

III – reopção;

IV – remanejamento interno.

(Universidade Federal do Acre. Regimento geral da Universidade Federal do Acre. Rio Branco: Ufac, 2013)

As questões referentes a retenção universitária são abordadas como efeitos desta política de regionalização, muito embora não dependam exclusivamente dela, pois, em função dos ensinamentos de Habley, Bloom, Robbins (2012), atualmente a retenção é compreendida como o conjunto de fatores que proporcionam ao aluno a persistência

em permanecer no curso e concluir a graduação, onde o aluno, a sociedade e as instituições possuem parcela de influência.

2. REFERENCIAL

Neste capítulo serão levantados alguns conceitos fundamentais para nortear a avaliação da política de bonificação como uma ferramenta em potencial na superação destas dinâmicas de evasão escolar e má distribuição de profissionais atuantes no estado do Acre. Compreendendo que as duas problemáticas estão diretamente relacionadas com o processo de seleção do SiSU e as novas dinâmicas migratórias, faz-se necessário apresentar os conceitos de Brain Drain e políticas de regionalização do ensino e fazer uma intersecção entre as temáticas para averiguar a possibilidade de encontrar alternativas para superação destes problemas.

2.1 Brain drain interestadual.

Reconhecendo que as universidades federais possuem o dever de avaliar o ambiente que estão inseridas, conhecendo as necessidades do ambiente de forma a proporcionar um plano de ações que impacte diretamente no desenvolvimento regional, o constructo adentra nas questões referentes a evasão de graduandos e graduados para outros estados. A situação mencionada se manifesta de maneira negativa e direta em um dos produtos oferecidos pelas instituições de ensino superior, qual seja, os profissionais capacitados inseridos no mercado de trabalho.

Em um mundo globalizado, é comum que os processos migratórios de pessoas ocorram com maior facilidade. Com o fim da segunda guerra mundial os processos migratórios de trabalhadores capacitados para outros países se intensificaram, gerando maior atenção dos estudiosos no assunto. A *British Royal Society* foi a primeira a estudar este tipo de migração e a cunhar o termo *brain drain*, como bem mencionado por Alem (2016).

O termo *brain drain* na forma como foi trabalhado pela *British Royal Society* é utilizado para definir a reterritorialização de profissionais altamente qualificados de seus

países de origem para outros em razão de fatos diversos, o que impacta negativamente no potencial do país de origem, conforme ensina Sajjad (2010).

De acordo com Sajjad (2010), o Banco Mundial (BM) apresentou os resultados de um estudo focado em identificar causas que prejudiquem o desenvolvimento industrial dos países, momento em que foi possível apontar como a principal causa do fraco crescimento industrial estes movimentos migratórios. Neste mesmo sentido, Adeyemi *et al.* (2018) reforça haver uma relação direta entre o desenvolvimento econômico de uma região em relação ao número de profissionais altamente qualificados que fixam moradia em seu território.

Para além do que foi trabalhado pelo BM, com o advento da nova economia da fuga de cérebros, definida nos anos 90, a visão dicotômica entre bom e mau sobre o assunto deu espaço para um posicionamento dialético com outras questões, o que possibilitou um segundo olhar sobre o tema. Sajjad (2010) explica que esta visão emergente se propõe a analisar as migrações dos talentos de forma mais abrangente, apontando pontos positivos não só para o país que recebe estes profissionais, mas também para os remetentes.

A assertiva pode ser exemplificada de algumas formas, em especial, podemos demonstrar que o país remetentes podem perder potencial tecnológico, mas costumam aumentar a atratividade de investimentos em educação nestes países emergentes e ocasionalmente ocorre o envio de renda obtida pelos indivíduos que migram para seus familiares que continuam residindo no país remetente, mesmo que de forma tímida, pode existir esta circulação de recursos, conforme Bucklaschuk e Wilkinson (2011) apresentam em seu estudo.

Quanto aos motivos que podem impulsionar os movimentos migratórios destes profissionais qualificados, depreende-se das falas dos autores, Sajjad (2010) e Adeyemi *et al.* (2018), que devesse fazer a distinção entre fatores de repulsão e de atração e fatores individuais. Esta distinção se mostra interessante para compreender em quais aspectos os governos podem interferir para maximizar ou reduzir estes movimentos migratórios.

A literatura utilizada neste referencial utiliza o paralelo entre fatores de repulsão e atração, desta feita, o presente estudo adota este paralelo com a finalidade de deixar

claro o impacto que estas situações possuem na vida dos profissionais, não se trata apenas de uma característica que pode interferir numa escolha do profissional, elas se revertem de um grau de imposição tão grande que o indivíduo não possui condição de interferir sozinho para alterar este fator, seja ele repulsor ou atrativo.

No que se refere aos fatores de repulsão, Sajjad (2010) elenca como principais fatores a ausência de instituições de ensino superior com doutorados e mestrados, falta de oportunidades oferecidas à mão de obra qualificada, taxa de desemprego elevada, problemas políticos e sociais, falta de estudos de base científica, ausência de instalações para desenvolvimento de pesquisas. Coker *et al.* (2012) convalida a importância de uma boa estrutura para efetivação do desenvolvimento econômico, visto que a ausência acarreta dificuldade nos movimentos de investimentos, competitividade e a viabilidade negocial de determinado país.

Em contraponto aos fatores de repulsão estão os fatores de atração, podendo se apresentar como disponibilidade de recursos em países estrangeiros, níveis salariais mais altos nos países estrangeiros, benefícios econômicos, sociais, interculturais e pessoais. Sajjad (2010) avalia os fatores atrativos para os paquistaneses e apresenta alternativas para combater a fuga de cérebros.

Como alternativas tomadas pelo governo, encontra-se a implementação de um programa de contratação de docentes estrangeiros, visando em um curto e médio prazo retornar ao Paquistão os profissionais que migraram para outros países e conseqüentemente incorporaram novos saberes e tecnologias. A longo prazo, esta política se propõe a elevar o nível dos programas de pós-graduação das universidades paquitanesas. Ainda visando a redução da fuga de cérebros, alguns projetos disponibilizaram bolsas para a manutenção dos pesquisadores no país e ainda foi implementado uma política de intercâmbio entre os países.

Ao se direcionar aos fatores individuais, Sajjad (2010) elenca como exemplos a existência de preferência individual por trabalhar em determinados países ou regiões, a possibilidade de unir famílias em uma localidade, a alteração de residência e expectativa por novas vivências em outras culturas.

Iravani (2011) compreende que a fuga de cérebros pode se classificar em função de 4 tipos essenciais de migração, compreendendo o fluxo do excesso de cérebros, a

existência de polos especialistas em formar talentos, a troca de talentos, e a fuga de cérebros.

O fluxo do excesso de cérebros se dá em função de uma população altamente capacitada subaproveitada em função de uma baixa taxa de utilização ou por uma alta produtividade de mão de obra intelectual. Como exemplo, Iravani (2011) cita o caso vivenciado na Índia em 1965, onde haviam 75.000 engenheiros desempregados, justamente por produzir muitos profissionais capacitados, mas não possuir capacidade para absorver estes profissionais no mercado de trabalho interno.

Quanto a hipótese de especialistas em cérebros, Iravani (2011) define que esta situação ocorrer quando os países conseguem identificar sua situação vantajosa em produzir capital intelectual que não vai ser absorvido pelo mercado interno e conseqüentemente procura incentivar os processos migratórios destes indivíduos, de forma racional e visando obter um retorno lucrativo, por meio de acordos, definição de impostos ou restituição do imposto de renda dos indivíduos enviados à outros países. Como exemplo deste, podemos citar o modelo de medicina de exportação implementada em Cuba.

Na troca de cérebros, ocorre justamente este intercâmbio de acadêmicos, pesquisadores e estudantes com a finalidade de beneficiar a produção de conhecimento. A perda do capital intelectual costuma ser mitigada por ser temporária e haver uma compensação correspondente que ampliará os conhecimentos.

A fuga de cérebros é um problema definido por Iravani (2011), muito relacionado aos fatores psicossociais, econômicos e políticos, pois se manifesta, principalmente, no desejo do indivíduo em sair de seu país de origem que não pode suprir suas necessidades, bem como na recusa do imigrante em retornar ao país de origem.

Winch e Carment (1989) em consonância com Portes (1976) confirmam que questões financeiras relacionadas a remuneração dos profissionais não costumam ser o único motor destas migrações. Portes (1976) aponta que as causas dessas migrações estão divididas em três grandes grupos, onde o primeiro é centrado em questões financeiras, condições sociais e possibilidade de pesquisa, o segundo compreende questões incorporação destes profissionais ao mercado de trabalho, já o terceiro se centra em questões individuais, família, círculo social dentre outras questões pessoais.

Wernick et al. (2016) avaliam que após de identificar a ocorrência deste fenômeno, o enfrentamento deve partir da liderança institucional de forma rápida visando estabilizar a força de trabalho, incentivando e investindo nestes talentos remanescentes, para em seguida investir em reverter o movimento de emigração de talentos. Para Hutch et al. (2017) é inequívoco o papel do estado na elaboração de ações que visem mitigar os impactos destas migrações. Em função disso, a resposta para superar esta fuga de cérebros é dividida em duas linhas, a primeira que procura evitar novas fugas e uma segunda que busca repatriar os cérebros perdidos ao longo dos anos.

Estas avaliações foram centradas em hipóteses de migração diretamente ligados aos profissionais, mas existem estudos que buscam avaliar o impacto desta fuga de cérebros dentro das instituições de ensino superior. Neste sentido os estudos utilizam a base produzida referente ao tema e implementam conceitos mais específicos à educação superior.

No ensino superior também é perceptível a presença da fuga de cérebros como um fenômeno do mundo globalizado, podendo existir os mesmos impactos positivos e negativos já mencionados. Alguns autores como Sajjad (2010) e Altbach (2013) apontam como uma alternativa para os problemas, o caso paquistanês que instituiu uma taxa relacionada aos profissionais que saíram do país, como forma de ressarcir os gastos que o estado teve com o indivíduo, e como forma de gerar riquezas ao país que proporcionou a produção daquele profissional.

Este constructo se propõe a apresentar dois paralelos com a fuga de cérebros estudada na literatura e o que ocorre na instituição de ensino superior pública, sendo divididos em função do vínculo que o aluno possui com a instituição.

Como já apresentado, os estudos que se centram na fuga de cérebros costumam fazer alusão ao movimento migratório de profissionais capacitados para outros país, já os estudos que se focam em migração de cérebros dentro das instituições de ensino se propõem a avaliar o movimento migratório de alunos no decorrer do curso, e os aspectos que levam estes alunos a migrar entre instituições.

Ao compreender que o movimento migratório pode ocorrer durante a graduação, bem como após a sua conclusão e que os fatores determinantes podem estar relacionados psicossociais, econômicos e políticos conforme Iravani (2011), Portes

(1976) afirma, pode-se avaliar os motivos para avaliar os impactos que a política estudada gerou nos dois momentos migratórios.

2.2 Fuga de cérebros compreendida no Brasil

Após apresentados os conceitos básicos aplicáveis na literatura geral que serão empregados ao longo deste trabalho, vale destacar alguns pontos importantes para compreensão deste tema. Inicialmente faremos um paralelo entre o que tem se pesquisado em relação à fuga de cérebros no Brasil, para então contextualizarmos a situação particular que a política estudada visa combater.

O Brasil é um país historicamente reconhecido por sua heterogeneidade em vários aspectos, em especial cultural, econômico e social, destacado por Pereira (2000), onde se pode encontrar comunidades isoladas em péssimas condições de infraestrutura coexistindo com grandes centros econômicos.

Ao passo que os estudos centrados nestes movimentos migratórios entre países utilizam os limites geográficos dos países para avaliar estas migrações, se mostra adequado fazer um paralelo entre estes limites territoriais dos países e as barreiras geográficas dos estados dentro de um país. Os estudos sobre as dinâmicas migratórias de talentos costumam se centrar nos movimentos de pessoas entre países, ocorre que o presente constructo busca aplicar estes conceitos ao movimento similar que ocorre dentro de um país utilizando os limites regionais delimitados pela política afirmativa, em função das diferenças econômicas, políticas, técnicas ou em razão de interesses pessoais do indivíduo.

Acrescenta Beine et al., (2008) que a ocorrência de um sistema globalizado, onde as interações entre os interessados são facilitadas, os deslocamentos de indivíduos são uma constante, e se implementa um conceito estruturado de redes profissionais, pode servir para canalizar os processos migratórios entre países. Em paralelo ao cenário internacional, pode-se notar as mesmas circunstâncias no cenário interno brasileiro, onde o conceito de redes trabalhado por Freeman (1983) é empregado de forma a proporcionar essas trocas dentro da academia.

Adentrando as dinâmicas migratórias ao longo dos anos de uma forma geral, pode-se apontar que até 1998 os movimentos migratórios no Brasil aumentavam em

função da escolaridade dos indivíduos migrantes, e costumavam ocorrer em direção aos grandes centros urbanos, conforme demonstrado por Pereira (2000). Golgher (2004) em seu estudo apresenta que os movimentos migratórios internos estavam sofrendo uma redução significativa desde 1980 a 1996. Desta forma, depreende-se destes dois estudos que os movimentos migratórios no Brasil como um geral foram reduzindo ao longo do tempo e estão ligados a fatores econômicos e sociais sempre seguindo um fluxo amplo, mas a migração de indivíduos qualificados é mais resistente as alterações de mercado, costumando manter-se em um sentido determinado e estável ao longo dos anos.

Sandoval et al. (2017), em seus estudos, aponta que dentre os médicos residentes no Brasil no período de 1995/2000 ocorreu um movimento migratório negativo na região norte nordeste e sudeste, em contrapartida as regiões sul e centro oeste foram as que receberam mais médicos neste período. Nos anos de 2005/2010 a região norte e nordeste passaram a atrair médicos, mesmo que de forma pouco efetiva, juntamente com a região centro oeste, ao passo que a região sul passou a exportar profissionais para outros estados juntamente com a região sudeste.

Estes dados apontam os efeitos do programa mais médicos nos movimentos migratórios de profissionais qualificados dentro do território nacional. Da avaliação deste estudo, Sandoval et al. (2017) aponta que a região que se manteve sempre um atrativo para os profissionais desta área foi a centro oeste, justamente em função das oportunidades profissionais consolidadas, existência de possibilidade de pesquisa e o próprio prestígio desta região foram fatores responsáveis pela manutenção da preferência dos profissionais migrantes.

Diante do exposto, depreende-se que os movimentos migratórios de profissionais qualificados no Brasil possuem particularidades que se relacionam além das questões econômicas sociais e disponibilidade de vagas de emprego, mas estão muito ligados as oportunidades profissionais que o indivíduo possa adquirir com estes movimentos, conforme apontado por Winchie e Carment (1989) e Portes (1976), sendo necessário avaliar todas estas questões para apresentar as ações mais adequadas para superação desta situação.

Neste constructo, a fuga de cérebros se mostra como um problema a ser enfrentado, dado a escassez de profissionais qualificados que atuam nas mais diversas

áreas, em especial, nas regiões mais afastadas do país. A dificuldade em se criar fatores de atração para fixação de profissionais, mesmo que por um período temporário em uma região pouco atrativa, é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos governos do interior do Brasil. A ausência de ações do estado, ou ineficiência em buscar alternativas para mitigar esta situação, só agravou a situação destas migrações, em especial para a região norte do país, conhecida por suas particularidades geográficas que geram isolamento da população em relação ao resto do país.

2.3 Políticas de regionalização do ensino

Compreendendo que as universidades federais brasileiras possuem relevante autonomia administrativa, aspecto que lhe confere maior capacidade gerencial, e estão inseridas em uma sociedade, denota-se que na busca por atingir os anseios sociais, as instituições devem avaliar o meio no qual são inseridas para então promover ações que possam atingir seus objetivos da melhor forma.

Em consonância com a assertiva, Mello e Slomski (2010), em seus estudos, apresentam a necessidade dos governos se moldarem em função das complexidades sociais vivenciadas, em especial pelas novas tecnologias e o processo de globalização. Os autores ainda afirmam que a participação da população no processo de governança se mostra substancial para alcançar alterações na natureza do governo.

A governança pode ser compreendida como a união de normas, acordos e procedimentos dentro de uma organização, capazes de moldar o funcionamento das instituições. O processo de interferência dentro destas instituições se dá por força das relações de poder que cada uma das partes pode estar inserida.

Ao passo que as instituições reconhecem que existe um movimento migratório interinstitucional de alunos ainda durante a graduação, que pode causar perda de alunos em determinadas instituições em detrimento de ganho de alunos em outras, é papel das IES avaliar estas situações ambientais e se organizar visando minimizar os prejuízos causados por esta particularidade.

A disponibilização de bolsas (incentivos econômicos) e fomento à pesquisa dentro do ensino superior (incentivo técnico) podem servir como atrativos das instituições em curto e médio prazo que estão perdendo alunos para outras instituições, em especial

na mesma região, pois impactam diretamente nos motores da migração de cérebros ou talentos, apresentados por Sajjad (2010).

Como já mencionado, é papel das instituições, por meio de seus administradores, elaborar políticas e ações que visem superar ou minimizar os prejuízos causados pela fuga de talentos. Neste sentido, pode-se citar as políticas de regionalização da educação superior, políticas que estão focadas em criar um modelo de governança da educação que se propõe à promover a coordenação, cooperação e ou integração de sistemas e instituições de ensino superior, como bem ensinado por Perrotta (2016).

Buscando mapear o estado da arte sobre o regionalismo no ensino superior, Chou & Ravinet (2015) utilizam de conceitos apresentados por dois ramos de estudos, um focado nas ciências políticas e outro baseado em estudos sobre a educação superior.

Em razão das contribuições apresentadas pelas ciências políticas, pode-se compreender que a abordagem sobre o que é região pode ser definida entre região em função do espaço ou dimensão e região em função da densidade do espaço. Na primeira, abordagem se utiliza os limites geopolíticos para definir o que é a região, mas na segunda, Chou & Ravinet (2015) apresentam que o interesse do pesquisador se encontra na consolidação de um espaço regional, comunidade regional ou estado-região. Em seus escritos, Chou & Ravinet (2015) ainda afirmam que o processo de criação de regiões ocorre em função de uma variedade de instrumentos de política e iniciativas, não havendo então uma definição fixa sobre o que constitui a região.

O presente artigo se propõe a avaliar o regionalismo com enfoque em microrregiões compostas por municípios dentro de um estado. O regionalismo aplicado a educação superior, quando avaliado sob os ensinamentos de Fawcett & Gandois (2010) pode ser compreendido como um projeto político de instituição de uma região, empregando mecanismos e instrumentos para gerenciar as políticas definidas.

Como bem mencionado por Fawcett & Gandois (2010), regionalismo e regionalização não são sinônimos, pois enquanto o regionalismo se apresenta como um projeto político, a regionalização consiste em um aumento de interação entre os integrantes de uma região.

Perrotta (2016), apresenta um conceito para integração regional do ensino superior, onde enfatiza o papel do ensino superior como catalizador para criação de uma identidade regional, elite ou força de trabalho fundamentado em aspectos sociais, econômicos políticos e de governança em outros níveis.

Apresentadas as definições, importante enfatizar que muito embora os estudos citados se foquem em regiões internacionais, sob um olhar macrorregional, como o MERCOSUL, a UNIÃO EUROPEIA, o presente estudo empregará os mesmos conceitos ao avaliar o regionalismo dentro de um país, por meio de ações políticas e administrativas, em função das particularidades regionais de seus estados.

O regionalismo e a integração regional aqui apresentadas em um cenário internacional pode ser aplicado em ambientes nacionais, em especial no Brasil, um país de proporções continentais e vasta diferenciação regional. Desta aplicação pode-se relacionar com as dinâmicas de migração de talentos, com a finalidade de supera-las, por meio da identificação dos fatores de repulsão e atração.

Guadilla (2010), em seus ensinamentos, busca evidenciar que existe uma grande relação entre os movimentos de migração de profissionais qualificados em função do capital intelectual que as regiões acumulam, fazendo referência à implementação de redes de conhecimentos e os impactos na dinâmica migratória.

A formação de um capital intelectual é uma das ferramentas para superação da fuga de cérebros, conforme Guadilla (2010) explica, mas a própria formação deste capital encontra barreiras na heterogeneidade que é a distribuição de talentos dentro das universidades entre as regiões. A autora afirma que existem países que não possuem capacidade para fixar os profissionais formados, o que impossibilita a produção deste capital intelectual, dificultando ainda mais a possibilidade de incrementar esse atrativo para os profissionais.

Aplicando estes conceitos em um cenário nacional, percebe-se que regiões afastadas dos grandes centros, com poucas opções de pesquisa ao fim da graduação podem ser consideradas como regiões que apresentam esta baixa capacidade de fixação de capital intelectual apresentada por Guadilla (2010), em especial neste constructo.

Como forma de implementar uma maior integração regional, que proporciona a implementação de uma força de trabalho intelectual fixada na região, pode-se apontar como meios a utilização de políticas alicerçadas no regionalismo de Fawcett & Gandois (2010).

2.4 Intersecção da fuga de talentos e a regionalização do ensino superior

A utilização de políticas públicas para minimizar os efeitos negativos da fuga de talentos em uma sociedade se mostram como alternativas úteis, como demonstrado por Sajjad (2010) em função do exemplo do estado paquistanês, bem como bem argumentado por Sandoval et al. (2017) em referência ao Brasil e os efeitos do Programa Mais Médicos nos movimentos migratórios de médicos dentro do país.

Visando implementar ações adequadas que possam reduzir os impactos negativos da migração de mão de obra qualificada, dentro de uma região, Sajjad (2010) aponta que se deve avaliar os fatores de repulsão, de atração e fatores individuais, para então elaborar estas ações. É comum que a visão aplicada se dirija a avaliar a diferença entre as particularidades que os países ou regiões possuem em função de outros, mas este estudo aplicará estes conceitos utilizando as características da região delimitada pela política de bonificação regional em função de seu próprio país, justamente em função das heterogeneidades sociais econômicas e políticas que a Região está inserida.

Ainda sobre a fuga de talentos, a literatura costuma trabalhar com a fuga de profissionais altamente capacitados, em função de fatores de repulsão e atração, e neste mesmo sentido, o presente estudo utiliza a literatura atinente aos fatores de repulsão e atração, para identificar a existência ou não desta dinâmica ao levarmos em consideração a fuga de profissionais capacitados de uma região com grandes restrições de profissionais minimamente capacitados. Diante desta identificação, será possível identificar se o formato com o qual a política do bônus do argumento de inclusão regional foi implementada de forma capaz a mitigar os impactos das migrações de profissionais que o estado do Acre vem vivenciando.

O constructo deve estudar os impactos de uma política pública de regionalização do ensino em dois momentos, durante a graduação e ao término da graduação, sendo o

primeiro caso em função da evasão de estudantes ao longo da graduação para outras instituições de outras regiões, e no segundo caso se trata propriamente da fuga de profissionais para outras regiões do país após a sua formação conforme a literatura costuma trabalhar.

Na primeira hipótese de estudo é adequado fazer um primeiro apontamento para delimitar o perfil desta evasão, deve ocorrer em função de transferência para outra instituição justamente para excluir dos fatores individuais, apresentados por Sajjad (2010), que possam se vincular ao curso, como possíveis inadequações e insatisfações que o aluno possa ter com a graduação. Estes fatores individuais não poderão ser objeto do estudo, pois a própria política estudada não se propõe a alterar estas questões.

Ainda neste sentido, é adequado centrar o estudo nos alunos que transferem para outras instituições em outras regionais, pois a migração para outra instituição na mesma regional não teria o mesmo impacto relacionado à fuga de cérebros estudada pela literatura, mas estaria diretamente vinculada à política de retenção e evasão escolar universitária no geral.

Compreendendo o público objeto deste estudo, será necessário avaliar o cenário em que a UFAC está inserida, levantando os pontos de atração e repulsão que os profissionais possam estar inseridos, por meio de entrevistas com os dirigentes dos conselhos de classe do estado, conforme ensinou Sajjad (2010).

Diante destes dados os dirigentes institucionais poderão, conforme estabelecido por Sajjad (2010) e Altbach (2013), implementar políticas e ações específicas que possam superar esses movimentos migratórios de profissionais e alunos para outras regiões, visando reduzir os impactos que a migração destes talentos possa causar na sociedade como um todo, mas principalmente nas instituições de ensino.

Em função disso, o presente estudo passará a avaliar a política de bonificação no ingresso dos alunos da graduação como forma de ação que se propõe a superar tanto a evasão dos alunos para outras instituições em outras regiões, quanto a fuga de talentos para outras regiões do país. Em princípio será avaliado em quais fatores de repulsão atração e fatores pessoais a política adotada impacta diretamente, e em que nível este impacto pode ser percebido pela comunidade acadêmica.

Valendo-se dos conceitos de regionalismo, Fawcett & Gandois (2010), e integração regional, Perrotta (2016), apresentados anteriormente, se propõe analisar a política adotada pela UFAC e os impactos que esta possa exercer na fixação de estudantes e profissionais na regional Acre, conseqüentemente na criação de uma força de trabalho qualificada que poderá exercer uma força de atração à longo prazo para os novos estudantes, e pesquisadores na UFAC.

Vale destacar que a política adotada não se propõe a acabar com o problema já mencionado, visto que a implementação de uma política que não é suficiente para alterar um problema que já se encontra enraizado na estrutura social. Wernick *et al.* (2016) afirma que o enfrentamento do problema deve partir em duas vias, uma direcionada a evitar novas fugas de cérebros e a outra que possa proporcionar a atração dos talentos que fugiram de volta ao país de origem. Em função disso, percebe-se que a literatura já compreende que o problema é muito mais denso e não pode se enfrentado com uma única ação pública, mas os movimentos devem iniciar, e no caso em questão eles foram centrados em um processo de integração regional dentro de uma política de regionalismo, conforme será melhor elucidado ao longo do texto.

Ao estudar a percepção dos egressos quanto o papel das instituições de ensino superior, utilizando o caso da Universidade Federal de Santa Maria e o Centro de Educação Superior Norte – RS no período de 2010/2011, Cocco *et al.* (2014) enfatiza que um caminho para melhorar a qualidade do ensino está relacionado com a aproximação do ensino com as necessidades regionais. Ainda em seu constructo se reforça a necessidade de as universidades possuírem foco no objetivo social de formar profissionais que possam suprir as necessidades regionais.

Desta forma, se argumenta haver necessidade que as universidades públicas tenham a sua atenção voltada para os problemas regionais, onde a inserção dos profissionais egressos no mercado de trabalho deve ser satisfatória para suprir o mercado interno, bem como fomentar a pesquisa na região.

Muito embora exista vasta literatura que desenvolve temas sobre o regionalismo regionalização e integração regional, estes assuntos costumam ser abordados utilizando a desenvolvimento econômico e os processos de globalização como motivadores das políticas de regionalização da educação. O presente trabalho busca avaliar a política de

bonificação como uma política de regionalização doméstica, voltada a causar um impacto social positivo. Como muito bem ensinado por Hameri e Jayasuriya (2011), regionalismo pode ser estudado em razão de um projeto político ou modelo de governança que possuem a possibilidade de alterar o espaço onde o estado ou região está inserido, se trata de uma ferramenta para alteração do espaço.

Phillips (2001) assinala que a implementação de políticas e ações regionais estão mais vinculadas a existência de uma maior participação das agências nacionais em detrimento da efetivação de uma agenda internacional por meio de acordos entre nações. Correlacionado com a temática, Sutherland (2009) ensina que a formação de identidades regionais se mostra presente em casos de sucesso de formação de uma prática de regionalismo. Dito isto, se mostra evidente que políticas de regionalização do ensino quando originadas por meio de ações de entidades internas a região, em uma sociedade dotada de uma identidade regional solidificada são mais propensas a se tornarem casos de sucesso.

2.5 Um paralelo entre a bonificação e a regionalização do ensino superior

Ao passo que compreendemos a possibilidade de se aplicar modelos e estudos internacionais em um cenário nacional menos abrangente, passamos a avaliar a política afirmativa implementada pela UFAC em um contexto social.

A política afirmativa foi fruto de uma ação institucional movida por solicitação da própria sociedade, que demonstrava preocupação com a falta de profissionais de determinadas áreas que atuassem no estado, bem como desejava ver na única instituição acreana uma maior quantidade de alunos originários do sistema educação básica da região.

Em função de um estudo elaborado pela administração superior da UFAC, buscou-se identificar os maiores motivos para as queixas da comunidade partindo de dois pontos, o primeiro se destinava a identificar se realmente havia esse déficit de profissionais em áreas da saúde e das engenharias no estado do Acre e suas redondezas, para tanto, a administração procurou avaliar dentro dos conselhos de classe de algumas profissões para identificar o número de profissionais ativos no estado, aptos a exercer sua profissão, bem como o número de profissionais naturais da localidade.

O segundo ponto de avaliação dos gestores foi direcionado a estudar os impactos que a bonificação traria para a instituição e seus estudantes. Para melhor compreensão, faremos uma divisão dos impactos entre diretamente ligados a administração e impactos acadêmicos-sociais.

Logo após a implementação da nota do ENEM como método de seleção para ingresso nos cursos de graduação da UFAC, esta passou por algumas situações inusitadas ao longo dos anos, fatos que foi relatado no estudo apresentado pela administração superior ao longo do processo.

Para ponderar o impacto administrativo, a gestão informa que o número de convocações necessárias para preencher um número expressivo das vagas da instituição costumava superar 16 chamadas em cada certame, as quais ocorriam desde antes do início do semestre e perduravam ao longo deste até o limite de 25% do calendário acadêmico, momento onde o Regimento Geral da UFAC proíbe o ingresso de estudantes.

Ao termino de cada certame, as vagas ociosas do 1º semestre eram ofertadas em novo processo seletivo, mas em forma de vagas residuais, sendo necessário a aplicação de uma prova direcionada aos conhecimentos de cara curso onde a vaga seria ofertada. Este procedimento envolvia um custo para elaboração aplicação e correção de provas. Destaca-se que ao candidato não é cobrado nenhum valor referente à taxa de inscrição, sendo ônus da própria instituição os custos com este processo seletivo.

O estudo administrativo pode concluir que a implementação de uma bonificação sobre a nota final do SiSU para os alunos que integralizaram seus estudos no estado do Acre seria suficiente para garantir a convocação de alunos acreanos, em mais de 80% das vagas ofertadas na ampla concorrência, aumentando as chances do preenchimento destas vagas já na primeira chamada.

Relacionado aos impactos acadêmicos-sociais, a política de afirmação se propõe a equiparar as condições de concorrência entre os estudantes oriundos da rede de ensino da regional Acre em relação aos alunos de outras localidades, em função de uma avaliação de índices educacionais levantados ao longo do estudo administrativo. O impacto social desta ação pretendia ser sentido de forma imediata a sua implementação

pela sociedade como uma resposta administrativa a uma demanda apresentada pela própria sociedade.

Dentro da academia, os resultados pretendidos estavam centrados em ampliar a regionalização do ensino e a mitigar a evasão estudantil por meio da ampliação de oferta de vagas aos alunos residentes no entorno do estado do Acre, possibilitando melhores condições para desenvolvimento de técnicas e tecnologias voltadas para os problemas da região em que a sociedade está inserida.

Inserção dos estudantes dentro de uma região a qual já fazem parte, pode ser fator significativo para a favorecer a implementação de novas técnicas com potencial de efetividade ampliado, vez que os estudantes passam a desenvolver e aplicar conceitos que já possuem certa familiaridade por força da sua origem cultural.

O direcionamento de um modelo educacional voltado a distribuição de bem-estar e para a contribuição dos meios de produção utilizando se assemelha a um contrato social, conforme ensina Dale (2009), atrelado ao trabalho de Cocco *et al.* (2014), percebe-se que a presença de uma identidade regional entre os estudantes e as técnicas a serem aplicadas possuem a capacidade de ampliar os resultados com as relações entre tecnologia e os meios de produção e a aquisição de bem-estar social.

Andrade e Barbosa (2017), apontam que a adequação do currículo as necessidades regionais foi fator determinante para a contratação de profissionais graduados em cursos técnicos no estado de Goiás, avaliação que corrobora a importância de uma ligação entre o ensino e as necessidades da sociedade e mercado de trabalho.

Ao se avaliar os impactos institucionais diretamente ligados a administração, esperava-se que ocorreria o preenchimento destas vagas de forma rápida por alunos da região, circunstancia que traria um impacto nos gastos com processos seletivos, pois ocorreria a redução do número de chamadas em função do preenchimento das vagas, bem como o número de vagas ociosas ao termino do certame seria reduzido, o que culminaria na diminuição do número de vagas ofertadas em editais de vagas residuais.

Ao passo que estes apontamentos e hipóteses foram trabalhados em relação aos efeitos que a política se propõe a impactar na vida acadêmico e institucional,

importante tecer alguns comentários sobre os impactos desejados no tocante a fixação de profissionais qualificados na região do estado do Acre.

Os resultados sobre o déficit de profissionais apresentados pelo estudo administrativo apontam que existem poucos profissionais oriundos do estado do Acre atuando no Acre em relação ao número total de profissionais inscritos nos conselhos. Mas o estudo não foi capaz de informar onde os profissionais graduados pela UFAC estabelecem domicílio após a conclusão da graduação, nem mesmo se debruçou sobre os motivos para a ocorrência deste fenômeno migratório na região.

Andriola. (2014) nos ensina que o estudo com os egressos é uma ferramenta que pode exercer impacto substancial na avaliação dos cursos, programas, instituições e a absorção dos profissionais no mercado de trabalho e acadêmico. Dito isto se mostra necessário que as instituições passem a avaliar não só os ingressos, e os concluintes, mas também seus egressos com a devida atenção.

Muito embora a política possa ter um impacto na dinâmica de migrações de forma a fixar profissionais no estado do Acre, faz-se necessário o aprofundamento deste estudo, para avaliar se este impacto da ação é suficiente para atingir os resultados, mesmo se focando em apenas um dos grupos de motivos para migração apresentado por Portes (1976). Destacamos que a política avaliada teve recente implementação, dito isto, se pretende iniciar os estudos quanto aos impactos na superação desta dinâmica migratória, de forma a obter o máximo de dados que possam proporcionar o aprofundamento da temática envolvendo a UFAC.

No que concerne ao impacto que a política pretende causar durante a vida acadêmica, o presente constructo pretende avaliar as medidas adotadas e os desdobramentos no cotidiano escolar. Como um dos caminhos para ampliar a fixação de profissionais no estado do Acre, apresenta-se adequado a ampliação das oportunidades de pesquisa, momento em que as políticas de regionalização em função da integração regional impulsionem o surgimento de uma elite intelectual com aptidão para pesquisas com base nos interesses regionais, como introduziu Perrotta (2016).

3. MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Classificação, abordagem e tipo de pesquisa

O constructo será suportado, sob o aspecto inicial, em um modelo de pesquisa no qual se busca determinar os efeitos da política pública dentro das características apresentadas em sua edição, por meio de um estudo de caso. Por isso, o cerne avaliativo será centrado em três principais fontes: documentação, registros em arquivo, observações diretas com o apoio de entrevistas. É intenção do estudo, se basear na multiplicidade de fontes de evidência, permitindo que o resultado final possa suportar o máximo de variações históricas e culturais que a situação está inserida.

A pesquisa se mostra qualitativa, por força da necessidade em se identificar se houve alguma alteração no comportamento da seleção e nas dinâmicas de evasão e retenção após a implementação da ação afirmativa na UFAC, bem como pela proposta de se identificar o impacto que esta política pode ter nos processos migratórios de profissionais qualificados no estado do Acre, momento em que o pesquisador busca mensurar o impacto por meio da avaliação de um grupo amostral definido em conjunto com outros dados a serem obtidos por meio de pesquisas em bancos de dados dos conselhos de classe e da própria Universidade Federal do Acre, e por meio de entrevistas a serem realizadas com os Conselhos Profissionais que atuam no Acre.

Ao passo que a pesquisa aborda o efeito da política nas dinâmicas de evasão e retenção estudantil, pode-se afirmar que estaremos diante de um estudo de caso coorte, onde a pesquisa se manifesta em observacional, longitudinal retrospectiva e analítica. Tal modelo se mostra mais adequado para identificar o impacto da ação afirmativa em função a política de retenção e evasão escolar, a qual será avaliada em função de um cenário onde a política não está implementada anteriormente por meio de dados obtidos na própria instituição de ensino.

Se tratando de uma pesquisa envolvendo a administração pública, como muito bem nos ensina Abdalla *et al* (2013), em que geralmente comportam múltiplos paradigmas, optou-se pela abordagem da triangulação, visto que existem multiplicidades de fontes e estamos tratando de um objeto compreendido pelas ciências sociais. A triangulação foi aplicada em todos os níveis da pesquisa, desde a elaboração do projeto,

até a escolha do paradigma epistemológico adotado na pesquisa, a saber o compreensivo, como bem nos ensina Bastos e Rocha (2018).

A triangulação neste artigo tem como objetivo, obter uma resposta menos enviesada dos resultados obtidos na pesquisa. Esta abordagem de triangulação foi adotada como entre métodos, visto que utilizaremos a avaliação dos dados secundários obtidos com a universidade, sobre o processo seletivo e a evasão de alunos, em conjunto com a avaliação dos fatores de repulsão e atração do estado, por parte dos dirigentes dos conselhos de classe, com a finalidade de compreender a política implementada na instituição e os impactos nas dinâmicas de migração de profissionais no estado do Acre.

3.2 Características da organização UFAC

A Universidade Federal do Acre é a única universidade pública do estado, atendendo alunos do estado e interior dos estados adjacentes, podendo receber alunos do Peru e Bolívia. Enquanto universidade pública inserida em um contexto, pode ser reconhecida como uma instituição de ensino inserida na sociedade, onde as necessidades locais são reconhecidas, estudadas e debatidas dentro de um contexto organizacional, visando atender estas demandas sempre que possível.

Atualmente a instituição possui dois campus ativos, divididos entre os municípios de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, os quais comportam aproximadamente 7296 alunos ativos na graduação conforme levantamento publicado no site da instituição no ano de 2019.

Administrativamente a instituição se comporta por centralizar as ações de controle, registro em sua sede no município de Rio Branco, o que facilita os trabalhos de coleta de dados para esta pesquisa.

Se tratando de acesso a informação, esta pesquisa se antecipou e solicitou o apoio institucional da universidade para prestar as informações necessárias para o melhor andamento possível deste trabalho, solicitação que foi prontamente atendida, nos sendo disponibilizado acesso aos setores de registro, matrícula e seleção da instituição.

Ainda sobre a pesquisa, será construída de forma descritiva explorativa com recorte longitudinal no que se refere ao estudo dos efeitos da política de regionalização no ingresso, evasão e retenção dos alunos da graduação dentro da UFAC.

No que se refere aos temas da predição entre a política estudada e a fixação de profissionais no estado do Acre, a pesquisa terá uma construção qualitativa também com recorte longitudinal nos anos de 2014 até 2021.

3.3 Perfil da amostra

A pesquisa busca traçar os efeitos da política em duas linhas de predições, a primeira em função da evasão escolar e a segunda no que concerne a fixação de profissionais no estado do Acre. Tendo em vista estes dois caminhos, importante fazer uma distinção entre o perfil de cada uma das duas amostras estudadas.

Para o primeiro caso, será utilizado o perfil de alunos ingressos no período de 2014 até 2021, pretende-se obter respostas quanto os impactos da política na dinâmica de seleção e na mitigação da evasão escolar. Na posse destes dados, utilizaremos o sistema Sistema R para rodar a avaliação.

Para a avaliação dos resultados da segunda predição, optou-se por mapear os conselhos de classe nos quais a UFAC possui cursos de graduação ativo no momento, e dentro destes conselhos, buscou-se identificar os que possuem uma administração mais próxima das necessidades do estado.

Para tanto, identificamos os conselhos regionais com sede no estado do Acre e que tenham representantes ativos que tenham contato direto com as questões vivenciadas pelos trabalhadores no estado do Acre, visto que se busca identificar a percepção dos profissionais, por meio dos órgãos responsáveis por regulamentar as profissões.

Antes de prosseguir com as entrevistas, mapeamos os cursos que durante o período de 2014 até 2021, apresentaram formas de evasão “transferência externa” visto que é nesta forma de evasão que a política pública pretende impactar, e apresenta maior semelhança com as migrações de profissionais do estado do Acre.

3.4 Entrevistas e análises

Para responder à questão da pesquisa, Quanto aos conselhos de classe que se enquadram no perfil delimitado, informamos que foram ouvidos ao longo do trabalho, os seguintes conselhos: Conselho Regional de Medicina – CRM; Ordem dos Advogados do Brasil seccional Acre – OAB/AC; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e

Agronomia do Acre – CREA. Acrescentamos que infelizmente o Conselho Regional de Enfermagem do Acre – COREN não possuía espaço na agenda, até o mês de julho, para responder os questionamentos em entrevista, motivo pelo qual, não foi possível avaliar a percepção da categoria de enfermeiros do estado do Acre. O Conselho Regional de Psicologia do Acre – CRP não retornou nossa comunicação, restando impossibilitada a realização de entrevista com o(a) representante da categoria.

Após identificado os conselhos que se enquadram nos quesitos estipulados e apresentados anteriormente, fez-se necessário elaborar o roteiro de entrevista a ser aplicado em todos os conselhos. Segue os quesitos divididos em 2 grupos de perguntas: Primeiro grupo de perguntas. (destinado a identificar questões de impacto imediato na atuação dos profissionais, após o início das atividades)

- 1- É possível quantificar o número de indivíduos ativos e aptos a exercer sua profissão que residem no estado do Acre?
- 2- Qual a sua avaliação sobre o mercado de trabalho para profissionais na capital do estado do Acre e nos demais municípios?
- 3- É possível identificar as primeiras dificuldades mais impactantes, que os egressos desta profissão enfrentam no mercado de trabalho?
- 4- O conselho de classe possui algum grupo de estudo ou órgão que se responsabiliza por avaliar as necessidades dos profissionais no início da sua vida laboral?
- 5- O conselho de classe possui alguma dinâmica interna de apoio ou fomento para fixação de novos profissionais no estado do Acre?
- 6- É possível identificar os fatores de atração que o estado apresenta para novos profissionais, oriundos ou não do estado do Acre?

Segundo grupo de perguntas: (destinado a identificar qual a percepção dos conselhos de classe quanto a necessidade e as oportunidades de capacitação ofertadas no estado do Acre)

- 1- Qual a renda mensal média obtida por um profissional da sua área de atuação no estado do Acre? Existe variação desta média em relação ao interior?
- 2- O conselho de classe oportuniza capacitação ou aprimoramento para os profissionais interessados?

- 3- Qual a sua impressão sobre a existência ou ausência de cursos de capacitação em relação ao número de profissionais interessados em efetivamente se aperfeiçoar?
- 4- Existe algum impacto significativo na vida profissional destes trabalhadores a capacitação por cursos de mestrado, ou doutorado? Qual o impacto?

Com o roteiro de entrevistas, foram encaminhadas solicitações por e-mail á cada conselho de classe selecionado, com a finalidade de agendar as entrevistas. Além destas solicitações por e-mail, também protocolamos requerimentos físicos, os quais foram entregues em cada um dos conselhos, com a finalidade de reforçar a necessidade e já avaliar a possibilidade de agendar as reuniões solicitadas.

3.5 Procedimentos de análise de dados das entrevistas

Neste momento do trabalho, iremos tratar dos procedimentos de análise das entrevistas com os dirigentes dos conselhos de classe selecionados. Todas as entrevistas foram realizadas por meio de encontros presenciais, o que proporcionou uma melhor compreensão das questões e respostas obtidas, mas dificultou a adesão de alguns conselhos de classe, inclusive impossibilitando a sua realização, como já demonstrado na seção anterior.

Diante das entrevistas, o conteúdo foi codificado em texto, possibilitando a agrupação das respostas e facilitando a compreensão e análise dos resultados obtidos no processo. Diante das respostas, buscou-se, atender o terceiro objetivo específico deste trabalho.

4. TESTES E ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

4.1 Banco de dados

Como bem trabalhado, a bonificação, em sede desta pesquisa, se propõe a impactar de forma positiva os problemas de evasão escolar nos primeiros anos da graduação, problema que teve acentuado incremento após a implementação do SiSU em um panorama nacional, conforme trabalho por Li (2016).

Neste aspecto, se mostra adequado compreender e demonstrar os impactos nas dinâmicas de ingresso e evasão destes alunos ao longo dos anos. Para tanto, buscou-se junto a UFAC por meio de seu Núcleo de Controle e Registro Acadêmico – Nurca e Núcleo de Tecnologia da Informação NTI, o apoio necessário com as informações de ingressantes e a sua atual situação em função de cada matrícula, bem como solicitar algumas informações de legenda para as situações que apareceriam nestes relatórios.

Ante ao solicitado, o NTI apresentou os gráficos de acesso do SiSU 2020 2ª edição, onde se pode identificar a localidade que estes acessos foram efetuados. Importante destacar que o referido processo seletivo ocorre na segunda metade do ano, com a finalidade de preencher vagas de 8 cursos da graduação apenas na sede de Rio Branco-AC. Conforme a figura 1 – mapa de inscritos do SiSU 2020 2ª edição.

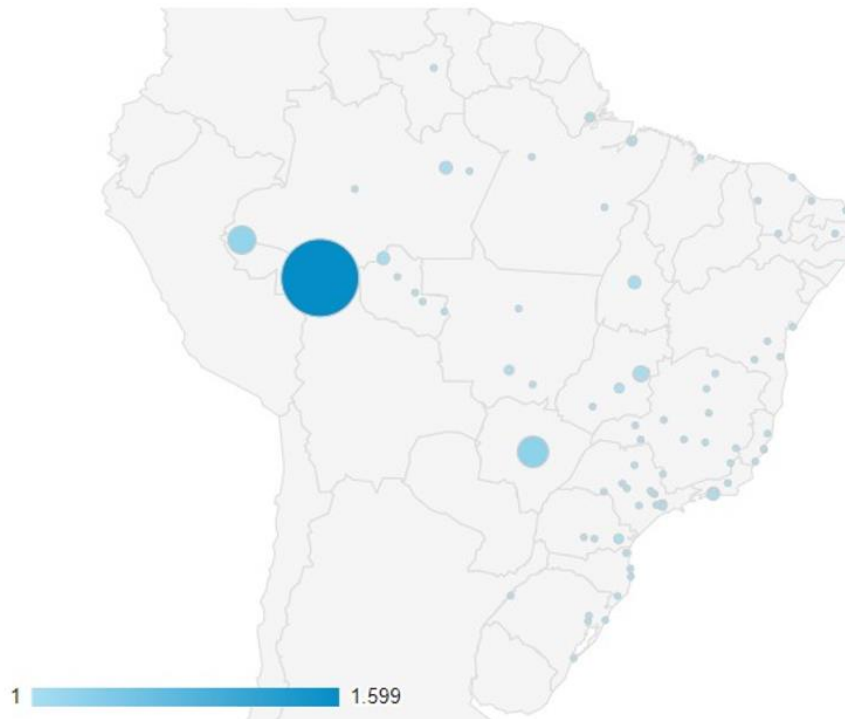


Figura 1 - Mapa de inscritos do SiSU 2020 2ª edição UFAC.

Depreende-se que o processo seletivo em questão teve inscritos por todas as regiões do país, sendo possível visualizar a dispersão de acessos por todo o mapa do Brasil. Ainda em função deste quadro, é possível identificar o ranking de cidades com maior participação no número de inscritos no processo seletivo 2020 2ª edição SiSU UFAC, conforme demonstrado pela figura a seguir obtido por meio da Universidade.

1.	Rio Branco	1.599	53,68%
2.	(not set)	542	18,19%
3.	Campo Grande	259	8,69%
4.	Cruzeiro do Sul	216	7,25%
5.	Brasília	43	1,44%
6.	Porto Velho	38	1,28%
7.	Palmas	34	1,14%
8.	Manaus	31	1,04%
9.	Rio de Janeiro	23	0,77%
10.	Cuiabá	15	0,50%

Figura 2 – Quadro das 10 maiores cidades de inscritos ao SiSU 2020 2ª edição UFAC.

Em razão da avaliação prévia destes números, é de fácil constatação que, com os dados disponibilizados pela Universidade, a cidade que figura em primeiro lugar referente ao número de inscritos é Rio Branco que se localiza no estado do Acre, seguida por um resultado “not set” referente aos inscritos que utilizaram de redes de acesso que não possibilitam o rastreamento desta informação por parte da instituição, e em terceiro lugar, a cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, superando a segunda cidade mais populosa do estado do Acre, Cruzeiro do Sul que se apresenta em quarto lugar no número total de inscritos nesta edição do SiSU.

Apresentados os dados que tornam visíveis a relação do processo de seleção SiSU e as dinâmicas de migração estudantil na esfera universitária da graduação, passa-se a avaliar os dados apresentados pelo Nurca quanto a situação dos alunos matriculados na instituição.

Sinalizada a ocorrência de um movimento migratório interestaduais de estudantes em função do advento do processo seletivo SiSU, insta avaliarmos a ocorrência destes mesmos movimentos dentro do próprio estado, e identificarmos se os mesmos se assemelham nas suas motivações ou não.

Neste sentido, utilizaremos os dados secundários obtidos junto ao INEP e UFAC. Inicialmente listamos o rol de cursos e o número de ofertas de cursos compreendidas em cada semestre para os dois campi universitários presentes no Acre. Da avaliação dos dados contidos no documento ‘UFAC em Números’, produzido e publicado pela UFAC

no ano de 2019, depreende-se que existem anualmente um total de 2.245 vagas de graduação ofertadas naquele ano e 626 vagas de pós-graduação igualmente ofertadas, dentro dos cursos de especialização mestrado e doutorado.

Após uma profícua avaliação dos editais de convocação e termos de adesão do SiSU, instrumentos que regem os processos seletivos da instituição quanto aos cursos de graduação, pode-se inferir que os cursos do campus de Cruzeiro de Sul possuem ingresso exclusivo no primeiro semestre de cada ano, conforme lista a seguir exposta:

- Ciências Biológicas (Licenciatura);
- Ciências Biológicas (Bacharelado);
- Direito;
- Enfermagem;
- Engenharia Agrônômica;
- Engenharia Florestal;
- Espanhol;
- Inglês;
- Língua Portuguesa;
- Pedagogia.

Partindo da lista apresentada, consultamos quais os cursos que eram ofertados simultaneamente nos dois campus e no mesmo período, como resultado obtivemos o nome de apenas um curso que não era ofertado simultaneamente entre os campus, onde o curso de Letras Espanhol era exclusivo do primeiro semestre no campus Cruzeiro do Sul, sendo ofertado no campus sede apenas no segundo semestre do ano.

Este resultado, em conjunto com a avaliação da cobertura territorial da UFAC no estado do Acre, levanta a possibilidade de acesso ao menos dos cursos listados, em relação aos mesmos cursos ofertados no mesmo período no campus sede. Reforçado a hipótese visto que o candidato não pode concorrer em mais de um curso após a convocação na primeira chamada do processo seletivo SiSU.

Ademais, ao adotarmos uma posição mais criteriosa sobre esta possível equidade de oportunidades no acesso universitário, não devemos ignorar a existência dos outros cursos e as suas demandas reprimidas por profissionais no interior, os mesmos argumentos motivadores que deram suporte a aprovação da política afirmativa

ora estudada. Ao avaliarmos a lista de cursos que são ofertados somente no Campus Sede, encontramos um número significativo de cursos com alta procura e grande impacto no mercado de trabalho, como podemos citar o curso de Medicina, Engenharia elétrica e Nutrição, todos os cursos ofertados no segundo semestre de cada ano.

Neste cenário, pode-se imaginar que as vagas ofertadas para o Campus Cruzeiro do Sul já foram ocupadas, os interessados neste processo seletivo se inscreveram no segundo semestre para ingressar em uma das 380 vagas ofertadas neste período. Utilizaremos a figura 2 como modelo para demonstrar como a população se comportou neste exemplo. Dentre as 380 vagas ofertadas, o número de estudantes oriundos da cidade de Cruzeiro do Sul foi de 216 candidatos, figurando em 4º lugar como população com interesse em ingressar nos cursos de graduação deste processo seletivo, mesmo com a implementação do Bônus do Argumento de Inclusão Regional.

Este cenário possui uma tendência a se repetir ao passar dos anos, podendo ter relação direta com a implementação do bônus ou não, visto que estes estudantes, de uma maneira geral, não apresentam as mesmas condições que os indivíduos oriundos do ensino médio ofertado na capital do Acre, seja em função das condições de ensino propriamente dita ou até mesmo da efetiva possibilidade de cursar o ensino superior em outro município longe da estrutura familiar disponível ou até mesmo ausente.

Neste primeiro momento, faz-se necessário apresentar o quadro com os índices SAEB obtidos por cada município no estado do Acre nos anos de 2017 e 2019, com sua respectiva prospecção, indicando se a educação conseguiu atingir as estimativas ou não dentro de um cenário comparativo com a rede particular de ensino.

Município	IDEB observado		Metas Projetadas	
	2017	2019	2019	2021
BUJARI	4.0	*	4.2	4.5
EPITACIOLÂNDIA	3.2	*	3.4	3.7
MANOEL URBANO	3.1	*	3.3	3.5
SENADOR GUIOMARD	3.9	2.8	4.1	4.3

SANTA ROSA DO PURUS	2.4	3.0	2.6	2.8
MARECHAL THAUMATURGO	*	3.3		3.5
ACRELÂNDIA	3.6	3.4	3.8	4.0
FEIJÓ	3.7	3.5	3.9	4.1
JORDÃO	*	3.6		3.8
RODRIGUES ALVES	3.7	3.6	3.9	4.1
CAPIXABA	3.6	3.7	3.8	4.1
TARAUACÁ	3.5	3.7	3.7	3.9
CRUZEIRO DO SUL	3.7	3.8	3.9	4.2
PORTO WALTER	3.3	3.8	3.5	3.7
XAPURI	3.8	3.8	4.0	4.2
RIO BRANCO	3.6	3.9	3.9	4.1
PLÁCIDO DE CASTRO	3.7	4.0	3.9	4.2
PORTO ACRE	3.7	4.0	3.9	4.2
SENA MADUREIRA	3.7	4.0	3.9	4.2
MÂNCIO LIMA	3.9	4.1	4.1	4.3
ASSIS BRASIL	3.7	4.4	3.9	4.2
BRASILÉIA	4.2	4.5	4.5	4.7

Figura 3 – Quadro IDEB municípios do Acre, fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1998911>.

Diante destes números apresentados, infere-se que os índices de desenvolvimento da educação básica no estado nunca atingiram o patamar previsto até o ano de 2017, e em 2019 em apenas alguns municípios estas metas foram minimamente alcançadas.

Deste mesmo quadro, se extrai a assertiva que a situação educacional dentro do próprio município não é uma situação homogênea, embora os números apresentados

indiquem que no ano de 2019 as metas para alguns dos municípios tenha sido alcançada, estes números ainda apresentam acentuada irregularidade entre si.

Desta feita, em um primeiro momento, a forma com a qual o bônus do Argumento da Inclusão Regional foi instituído, nos parece pouco produtivo para gerar impacto nas dinâmicas de ingresso nos cursos de graduação, no que se direciona a mitigação das desigualdades de ensino regionais dentro do próprio estado do Acre, visto que efetivamente não traz impacto nas candidaturas dos alunos do interior do estado, em especial os alunos oriundos da região da bacia hidrográfica do Juruá no estado do Acre.

4.2 Processo de seleção

Com o fito de identificar as implicações da bonificação na duração do processo seletivo da instituição, fez-se uma busca no site da instituição para registrar o número de chamadas que cada processo seletivo teve ao dos anos. Importante destacar que, o site da instituição não apresenta mais as informações do ano de 2014, sendo circunstância que impediu a obtenção destes dados.

Outro importante destaque, é a ocorrência de uma greve geral no ano de 2015 que suspendeu o processo de seleção por um período 4 meses, o que impactou negativamente no número de chamadas ocorridas no primeiro semestre de 2015. Vejamos o quadro a seguir:

	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
Semestre	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Número de chamadas	7	15	17	16	14	16	12	14	9	11	6	13	10	11

Tabela 1- Número de chamadas Sisu UFAC. Fonte: site da UFAC

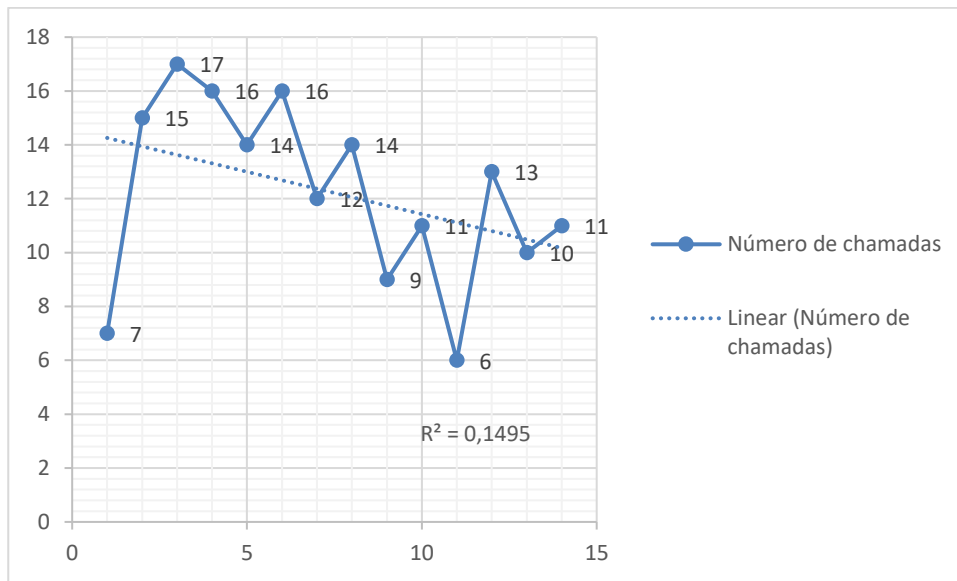


Gráfico 1 - Número de chamadas da seleção de alunos no período de 2015 – 2021

Diante do apresentado, percebe-se que os anos de 2015 e 2020 possuem as maiores variações entre chamadas de primeiro e segundo semestre, e os demais anos possuem pouca variação nas mesmas circunstâncias. Tal fato se dá por reflexo de situações de potencial impacto na vida acadêmica. No ano de 2015 houve uma greve geral que suspendeu o processo seletivo do primeiro semestre, e em 2020 houve a pandemia de Covid-19 que obrigou a suspensão das atividades presenciais, consequentemente a readequação do processo de seleção a um modelo mais rigoroso no primeiro semestre.

Compreendendo a ocorrência destes eventos discrepantes, passamos a avaliar o impacto da bonificação dentro do processo seletivo. Em primeiro momento, vale ressaltar que a universidade possui dois períodos de ingresso, 1º semestre e 2º semestre, nos quais o número de cursos com vagas disponíveis é diferente um do outro, sendo o segundo semestre inferior ao primeiro, por se tratar de cursos apenas ofertados na capital Rio Branco.

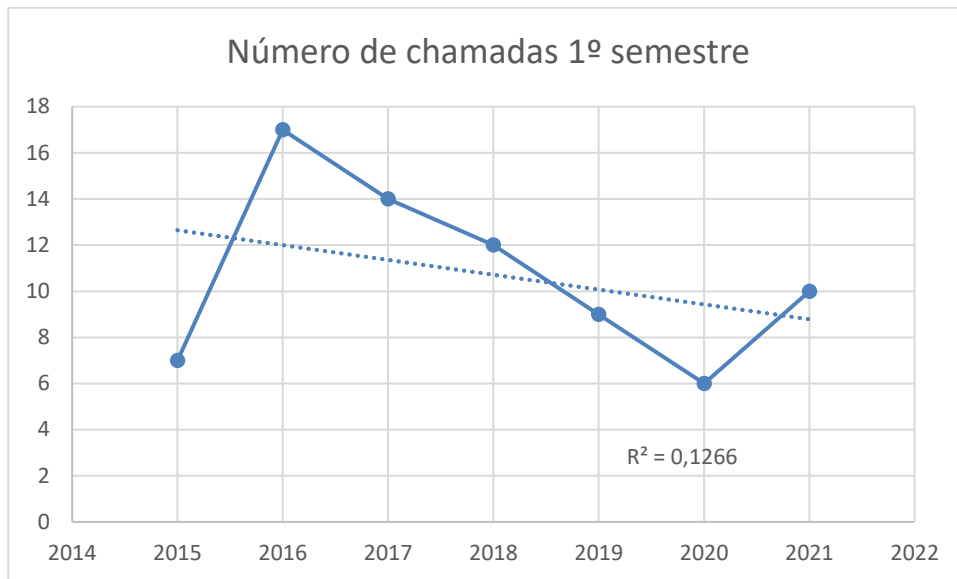


Gráfico 2- Número de chamadas da seleção de alunos do 1º semestre do período de 2015 - 2021

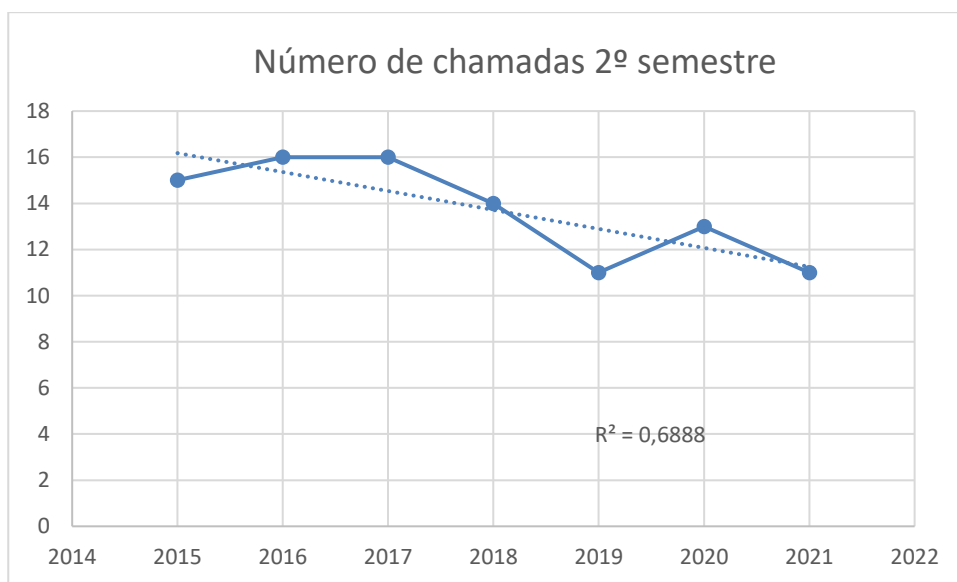


Gráfico 3 - Número de chamadas da seleção de alunos do 2º semestre do período de 2015 – 2021

O estudo deste possível impacto deve separar a avaliação de cada processo por meio de circunstâncias similares, para ao fim obter os momentos em que houve alteração significativa e se esta alteração está relacionada ou não com a política de bonificação implementada em 2019.

Deste modo, ao avaliarmos o primeiro semestre de cada ano letivo, infere-se que existem pontos com grande variação e o r^2 é baixo, fato que inicialmente não é favorável

ao modelo, mas quando identificamos os momentos em que esta variância é maior, percebe-se que são justamente os momentos em que a universidade teve que suspender ou acelerar a seleção por força de eventos externos ao processo seletivo, como no ano de 2015 2016 e 2020.

Compreendendo estes pontos que diferem da hipótese, passamos à avaliar a hipótese de impacto da ação afirmativa em 2019, momento em que houve uma queda no número de chamadas, ficando inclusive abaixo da linha de tendência linear observada, com um efeito de tendência à manutenção deste patamar de chamadas ao longo dos anos, caso não haja eventos diversos, conforme observa-se no ano de 2021, onde houve elevação do número de chamadas, mas não superando os números observados em 2016 até 2018.

Ao avaliarmos a curva de chamadas para o segundo semestre, é possível identificar que os a variância é menor, e o r^2 é maior, o que aumenta a plausibilidade do número de chamadas dos próximos anos se manter muito próxima linha de tendência observada. Imperioso é a observação que após a implementação da ação afirmativa, os cursos do segundo semestre não ultrapassaram o número de chamadas observados em nenhum ano anterior, para o mesmo semestre.

Em função destes apontamentos e análises, depreende-se que a ação afirmativa colaborou para tornar o processo de seleção mais rápido, à medida que as vagas foram preenchidas com maior agilidade em relação ao que ocorria em anos anteriores. Esta agilidade se transforma em maior capacidade para planejamento das ações de seleção e redução de custos com os processos seletivos do SiSU, visto que a universidade não precisa direcionar uma equipe de funcionários para atuar em um processo seletivo demasiado extenso, podendo realocar este recurso pessoal em outros processos seletivos, ou até mesmo em outras atividades.

4.3 O impacto da ação afirmativa nas transferências da instituição

Ultrapassada estas primeiras avaliações dos dados referentes ao processo de seleção, ingresso e equidade de oportunidades, passamos a avaliar os dados secundários referentes a situação destes estudantes na instituição e a sua própria dinâmica de movimentação ao longo da sua vida acadêmica.

Antes de adentrar aos números, a instituição apresenta os conceitos de evasão utilizados em seus relatórios, o que proporciona uma melhor compreensão da finalidade de cada conceito. Importante destacar que os relatórios, podem apresentar como resultado em seu campo de evasão do aluno a resposta “sem evasão” para alunos ainda ligados a instituição, ou alguma das demais respostas a seguir explicitadas:

1. Desistência: Alunos que solicitaram desligamento do curso em qualquer momento após o início do primeiro semestre letivo do curso;
2. Reopção de curso: Alunos que solicitaram transferência para outro curso dentro da mesma instituição, podendo ser de outro campus ou não;
3. Reopção de curso – ABI: nesta modalidade o aluno sai do núcleo comum de seu curso e entra em uma habilitação já prevista dentro da grade curricular de determinados cursos.
4. Transferência: Alunos que solicitaram transferência para outra instituição;
5. Transferência interna: Alunos que solicitaram remanejamento para o mesmo curso em outro campus da mesma instituição;
6. Cancelamento: Candidatos no processo seletivo que não foram desclassificados dentro do processo de matrícula institucional ou curricular obrigatórios;
7. Falecimento: Alunos que faleceram no decorrer do curso;
8. Jubilamento: De acordo com o Regimento Geral da UFAC, o jubilamento ocorrerá quando o aluno incorrer em uma das seguintes situações: I – não concluir o curso de graduação no período máximo fixado para integralização curricular; II – não renovar matrícula curricular em nenhuma disciplina durante dois semestres consecutivos ou intercalados; III – trancar a matrícula total em curso por mais de dois semestres consecutivos ou três intercalados.
9. Formado: Aluno que concluiu todos os créditos do curso e colou grau

Diante do exposto, passou-se a avaliar quais os impactos atingidos pela ação afirmativa na busca pela superação da evasão escolar nos primeiros anos causadas pelas novas dinâmicas de seleção do SiSU dentro da universidade. Para tanto, é preciso identificar quais as formas de evasão se apresentavam mais ligadas aos movimentos de

migração e retorno do aluno à instituições mais próximas de seu domicílio de origem dentro do primeiro ano de graduação.

Em avaliação prévia dos dados, inferisse que a transferência externa possui grande relação com as novas dinâmicas migratórias, visto que esta evasão se refere a transferência de alunos entre instituições de ensino superior, e também as desistências devido a sua proximidade com o abandono de curso após iniciado o período letivo do curso de graduação.

Os cancelamentos não se apresentam como ponto de interesse desta política por se tratar de um registro que de evasão que ocorre dentro do processo seletivo, onde o candidato possui um número prévio de matrícula, mas ainda não finalizou as suas duas etapas de matrículas obrigatórias, desta feita, os cancelamentos se tratam de uma evasão com a qual a política não possui, a princípio, nenhuma relação de impacto.

A reopção de curso, e transferência interna não estão ligadas as dinâmicas de migração que a política se propõe a mitigar, visto que no primeiro caso o que motivou a evasão pode estar muito mais ligado as questões pessoais com a afinidade do curso, já no segundo caso embora haja um movimento migratório interestadual, este não foi compreendido como um problema a ser mitigado no momento da aprovação da ação afirmativa, pois em nenhum momento foi determinado qualquer diferenciação entre os municípios do Estado. Importante destacar que as nestas duas modalidades, embora o aluno ingresse saia de seu curso de origem, ainda assim ele ingressa em outro curso da mesma instituição no mesmo período de sua evasão, não gerando um déficit estudantil.

A reopção de curso – ABI não é objeto estudo pois não possui qualquer relação com a política do bonificação implementada pela instituição, visto que se trata de um registro de saída de um núcleo comum com um ingresso em uma das habilitações que determinados cursos podem apresentar dentro de seus projetos pedagógicos, como se pode citar o caso do curso de ABI Física e ABI Teatro, ambos ofertados pela UFAC.

Neste mesmo sentido, pode-se excluir da avaliação os casos de jubramento e falecimento, em razão da ausência de impacto que estes resultados possuem na avaliação do desempenho da ação afirmativa implementada pela instituição.

Embora a formação seja sim um dos resultados com os quais esta pesquisa pretende trabalhar, para medir as variações diretas que esta política trouxe para as

rotinas da administração universitária, importante lembrar que a ação afirmativa aqui estudada foi implementada apenas no ano de 2019, não sendo suficiente para gerar grandes resultados aptos a proporcionar grandes inferências sobre o assunto, mas o acompanhamento sobre o assunto deve ser fomentado de imediato, desta forma, importante utilizar dos números disponíveis para apresentar o panorama geral da situação.

Com a avaliação destes dados secundários apresentados pela UFAC se pretende identificar os impactos pretendidos no momento da implementação do bônus do Argumento de Inclusão Regional em função da questão SiSU e as dinâmicas de evasão nos primeiros anos do curso de graduação, por meio desta abordagem descritiva explorativa.

Com base neste recorte apresentado, foi possível filtrar a tabela dos ingressos ano a ano desde 2014 até 2021 onde foi possível trabalhar com os resultados pretendidos referentes a evasão, sendo estes: formados, transferência e desistência. Ao passo que a filtragem destes dados finalizou, obtivemos um resultado geral com cada situação em função do ano de ingresso destes alunos. Conforme a Tabela 1 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos pelo Sisu na UFAC entre 2014 – 2021.

Formas de evasão	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desistências	369	400	482	390	385	433	378	82
Transferência	16	6	16	10	12	5	1	0
Formados	698	576	498	310	11	1	1	0

Tabela 2 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos pelo Sisu na UFAC entre 2014-2021

Após esta avaliação preliminar, depreende-se que a alteração percebido pela instituição após a implementação da política afirmativa encontra-se exatamente no número de alunos transferidos para outras instituições, onde ocorre uma drástica queda no quantitativo total ao avaliarmos a situação de cada turma ao longo do tempo.

Diante destes números, foi possível identificar os eventos com maior variância e buscou-se identificar a origem destas ocorrências. No que se refere aos alunos transferidos, conforme relatado pela UFAC por meio de uma conversa com a Diretora do Núcleo de Admissão e Matrícula - Nurca, infere-se que a turma de 2015 foi uma turma

que teve número reduzido de evadidos por meio desta modalidade, o fato se deu por conta de uma demanda reprimida por parte da administração da universidade, que enfrentou uma greve de 4 meses neste ano, fato que alongou o período de ingresso destes alunos.

Ainda sobre estes alunos transferidos, infere-se que os anos de 2019, 2020 e 2021, também possuem uma variância acentuada, a qual pode estar relacionada com a implementação da política afirmativa ora em avaliação.

No que se refere aos alunos desistentes, infere-se que as turmas de 2016 e 2021 possuem as maiores variâncias, segundo a UFAC, esta situação se justifica pela demanda reprimida na oferta de vagas no ano de 2015 por conta da greve geral de 4 meses, e quanto à turma de 2020, a universidade informa que este número menos expressivo se dá por conta do lapso temporal que esta turma ingressou e pela pandemia, sendo esperado que, ao longo dos anos, este número aumente de forma gradual. Desta feita, não foram encontrados dados possíveis de correlacionar a política afirmativa com as dinâmicas de desistência da instituição neste primeiro momento.

Como já debatido por Li (2016) existe uma tendência de elevação da evasão em 4,5% após a adesão do SiSU por parte das instituições públicas de ensino, bem como o aumento do potencial de evasão ao longo dos anos destes alunos ingressos por meio deste processo seletivo. Desta forma, cabe avaliarmos não somente as ocorrências destas saídas, mas o momento em que elas ocorrem em função da necessidade de identificar em qual momento o perfil de aluno está mais propenso a evadir do curso e por quais meios.

Formas de evasão da turma de 2014	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desistências	135	106	63	27	16	6	11	5
Transferência	0	6	3	2	1	0	0	0
Formados	2	1	8	165	256	143	113	10

Tabela 3– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2014 Sisu na UFAC entre 2014-2021

Formas de evasão da turma de 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desistências	217	99	41	21	10	9	3
Transferência	1	3	0	0	0	0	0
Formados	0	1	2	218	143	156	56

Tabela 4– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2015 Sisu na UFAC entre 2015-2021

Formas de evasão da turma de 2016	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desistências	292	93	60	14	19	4
Transferência	3	3	1	4	1	0
Formados	0	1	1	205	154	137

Tabela 5– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2016 Sisu na UFAC entre 2016-2021

Formas de evasão da turma de 2017	2017	2018	2019	2020	2021
Desistências	190	111	37	41	11
Transferência	3	0	3	3	0
Formados	0	1	7	96	206

Tabela 6 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2017 Sisu na UFAC entre 2017-2021

Formas de evasão da turma de 2018	2018	2019	2020	2021
Desistências	185	93	77	30
Transferência	0	4	5	0
Formados	0	1	1	9

Tabela 7 – Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2018 Sisu na UFAC entre 2018-2021

Formas de evasão da turma de 2019	2019	2020	2021
Desistências	179	182	72
Transferência	1	0	2
Formados	0	0	1

Tabela 8– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2019 Sisu na UFAC entre 2019-2021

Formas de evasão da turma de 2020	2020	2021
Desistências	251	127
Transferência	1	0
Formados	0	0

Tabela 9– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2020 Sisu na UFAC entre 2020-2021

Formas de evasão da turma de 2021	2021
Desistências	82
Transferência	0
Formados	0

Tabela 10– Evolução das formas de evasão dos alunos ingressos 2021 Sisu na UFAC em 2021

Em face às tabelas apresentadas, pode-se iniciar a identificação do impacto que a ação afirmativa possui nas dinâmicas de evasão e retenção, e compreender que o impacto inicial neste momento da política está centrado nas questões que envolvem as transferências de estudantes para outras unidades da federação.

Ao avaliar as transferências que ocorreram no mesmo período, adotando um olhar voltado à naturalidade do estudante evadido e ao curso no qual foi matriculado, observa-se que o número de alunos transferidos ao longo do período de 2014 até 2018 ficou acima da média, com exceção do ano de 2015, por força da redução de oferta de vagas no corrente ano em função da greve relatada pela instituição.

Com o advento da ação afirmativa, ora debatida, no ano de 2019, o número de transferências cai ano após anos, conforme é possível ver na tabela 9, inclusive sendo possível identificar que as transferências de alunos oriundos de outras unidades da federação estão zeradas nos anos de 2020 e 2021.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Transferência total	16	6	16	10	12	5	1	0
Transferência AC	3	1	8	3	4	1	0	0
Transferência outras UF	13	5	8	7	8	4	1	0

Tabela 11– Alunos transferidos em relação a naturalidade Sisu na UFAC entre 2020-2021

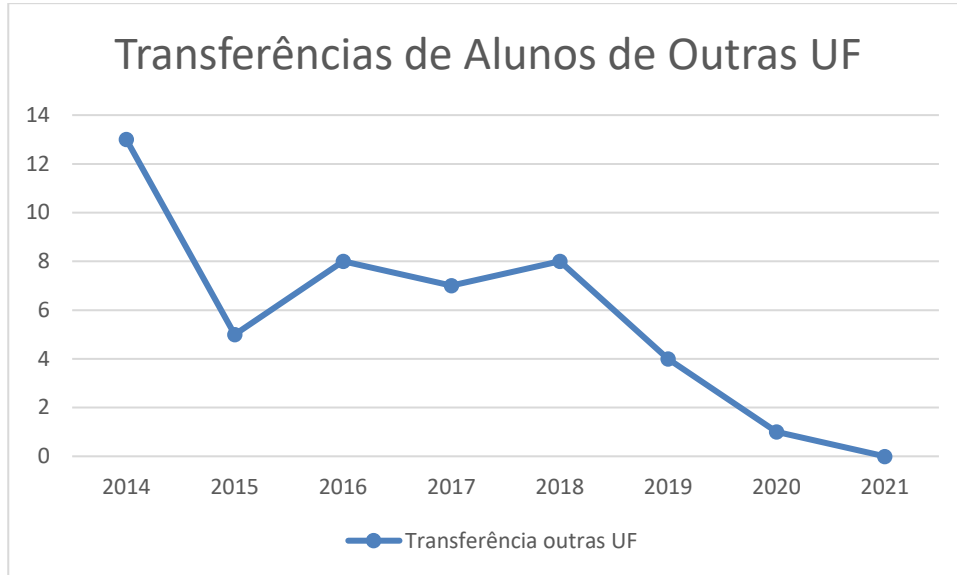


Gráfico 4- Número de transferidos oriundos de outras unidades da federação.

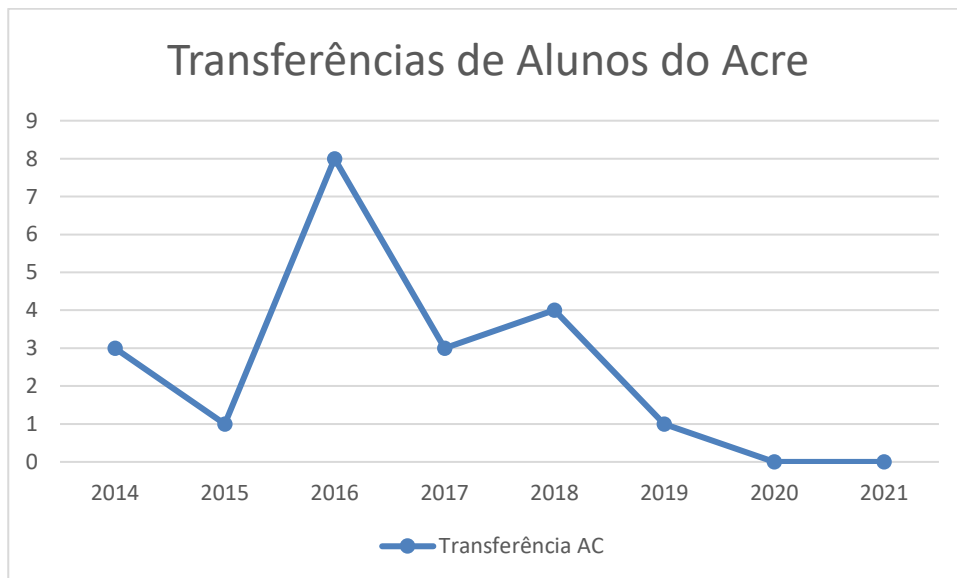


Gráfico 5- Número de transferidos oriundos do Acre.

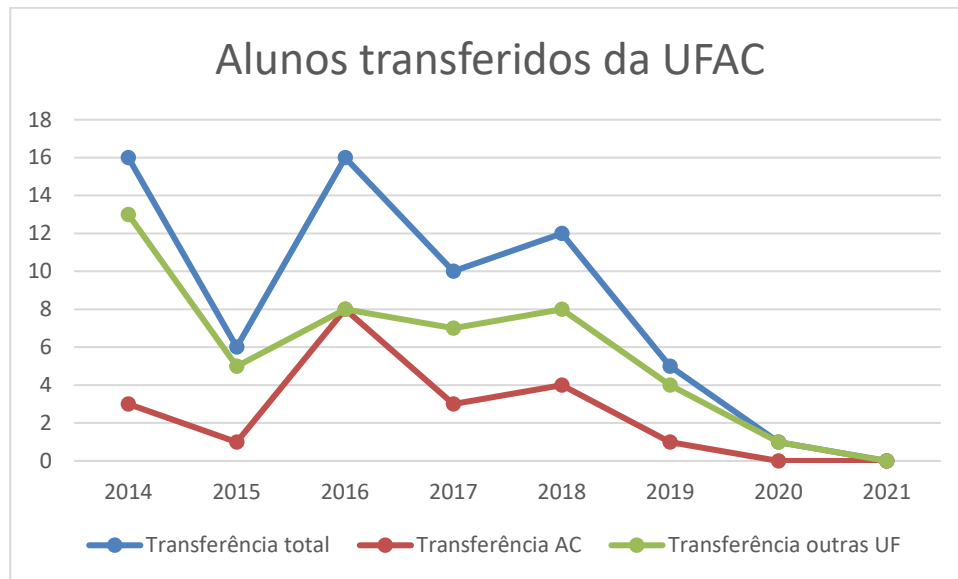


Gráfico 6- Comparativo de alunos transferidos da UFAC.

Diante dos gráficos apresentados, extrai-se que somente em três turmas o número de alunos transferidos que são oriundos de outro estado da federação de se equiparou ou foi inferior ao número de transferidos oriundos do estado do Acre. Onde a primeira ocorrência se deu dentro dos alunos ingressos no ano de 2016, logo em seguida da greve de 2015 que a universidade já informou ter havido uma demanda represada de vagas, fato que se corrobora com a acentuada queda no número de transferidos no ano de 2015.

Tal situação não encontra relação com a política afirmativa, visto que a referida não se encontrava implementada na instituição neste período de ingresso dos alunos, deste modo, não se mostrando impactante nos resultados do presente estudo, mas sua avaliação se mostra pertinente para justificar o comportamento anormal da curva neste período.

Outro momento em que ocorre uma alteração na curva comparativa de transferidos entre oriundos do Acre e de outras unidades da federação, se dá justamente nos anos de 2020 e 2021, momentos em que o número de transferidos oriundos do Acre é igual a 0, se equiparando ao número de transferidos de outros estados no ano de 2021.

Ao avaliarmos esta alteração da dinâmica de evasão por transferência, infere-se que a política de bonificação regional implementada no ano de 2019 possui impacto direto no que se refere a evasão por transferência para outras universidades, mas não é

possível avaliar estes dados sem levar em consideração uma possível interferência da pandemia de covid-19 vivenciada no início de 2020 que gerou alteração no calendário acadêmico dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Buscando compreender se houve ou não interferência da pandemia de covid-19 no número de transferências, adotou-se uma comparação com o número de desistências, pois se tratam de hipóteses voluntárias de desligamento do curso, com a diferença que a transferência não possui motivação quanto ao curso pretendido, vez que o aluno transferido apenas altera a instituição onde está matriculado, mantendo o curso. Vejamos o gráfico ilustrativo das situações apresentadas.

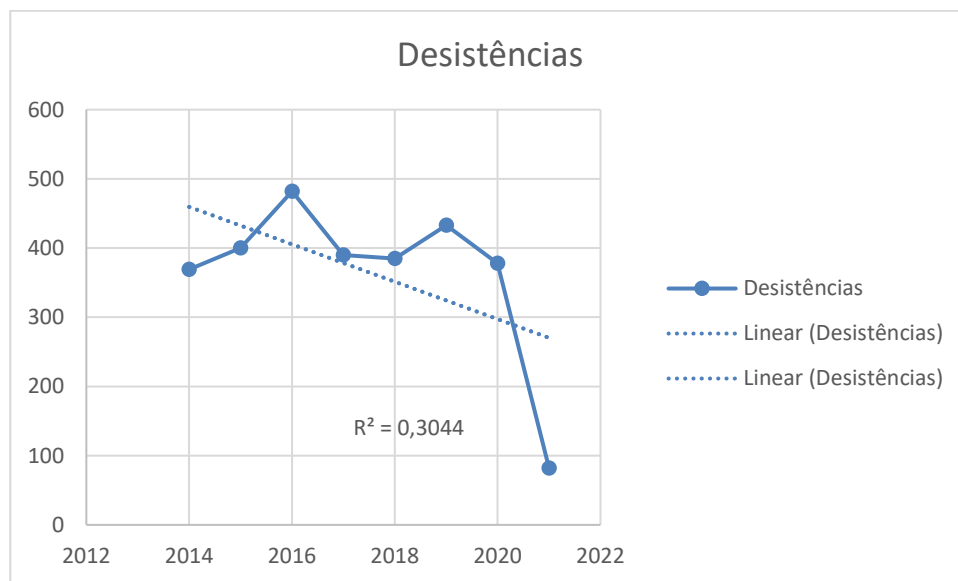


Gráfico 7- Demonstração de alunos desistentes da UFAC.

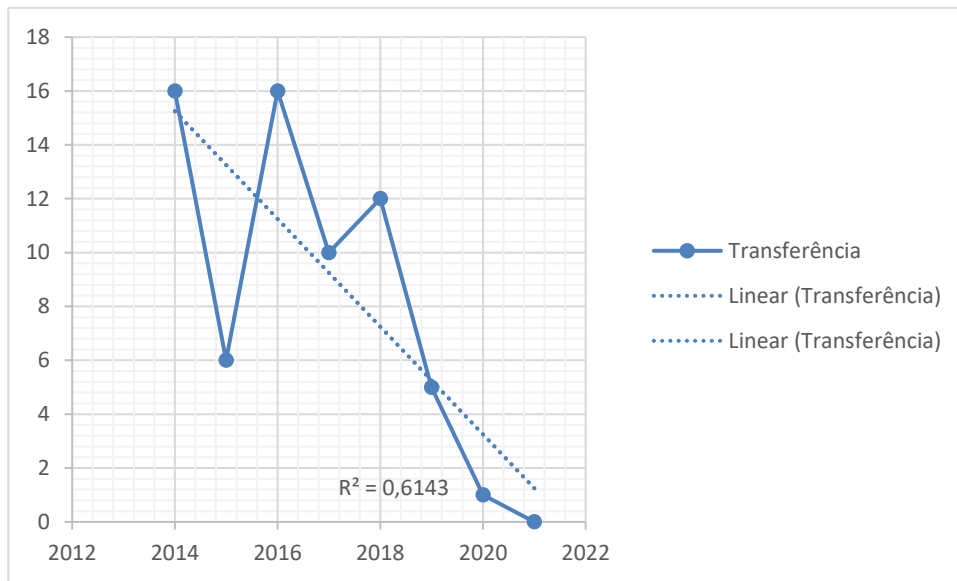


Gráfico 8- Demonstração de alunos transferidos da UFAC.

Diante dos gráficos, infere-se que o comportamento da curva de desistentes, quando avaliado por turma, não se equipara ao comportamento da curva de transferidos, em especial, nos anos de 2015, 2019, 2020, momentos em que é perceptível o movimento em sentido oposto para ambas as curvas.

Tendo como informação basilar, que as desistências possuem motivação diversas, podendo se relacionar com a incompatibilidade com o curso, a desmotivação, ingresso em outros cursos ou programas de assistência, e até mesmo questões relacionadas com a própria economia e mercado de trabalho, passamos a avaliar se a pandemia gerou efeitos no número de desistências e transferência.

No tocante às desistências, percebe-se que houve uma alteração negativa em relação aos alunos que ingressaram no ano de 2020 e uma queda ainda mais acentuada em relação aos alunos de 2021, comportamento similar não ocorre em relação às transferências, pois a queda acentuada corre justamente no ano de 2019 e vai se estabilizando até chegar a zero. Desta forma, a hipótese de que a pandemia possui efeito direto na dinâmica de evasão por transferência não pode ser confirmada, visto que os comportamentos observados não são categóricos em confirmar que existe uma correlação transferidos e desistentes no mesmo período.

Ao passo que superamos a possível interferência da pandemia neste fenômeno observado, passamos a avaliar o efetivo impacto que a ação afirmativa teve dentro desta

população. Ao estudarmos este fenômeno, devemos acompanhar a população de acordo com o ano de ingresso na universidade, pois este método vai proporcionar identificar com mais facilidade as interferências de outros eventos dentro da dinâmica de evasão.

Como já apresentado, o ano de 2015 teve uma demanda reprimida de vagas por conta de uma greve geral de 4 meses vivenciada pelas universidades federais do Brasil, fato que gerou uma redução significativa no número de transferências naquele ano, consequência disso, houve também um aumento no número de transferidos no ano seguinte, visto que a demanda represada teve vazão neste ano.

Justificada a ocorrência dos anos de 2015 e 2016, passamos a observação da alteração do padrão que iniciou no ano de 2019 em um movimento decrescente de casos observados, culminando em um total de zero casos em 2021. A implementação da política de bonificação se deu no ano de 2018, momento em que a primeira turma de alunos que teve oportunidade de concorrer no processo seletivo usando o bônus, ingressando no ano de 2019.

É plausível que a queda no número de transferência tenha correlação com o bônus do argumento de inclusão regional, visto que não existem outros elementos identificáveis que possam sustentar uma interferência capaz de alterar esta dinâmica.

Assumindo que a transferência não possui relação direta com as características do curso, visto que o aluno que solicita transferência, tem que ir pra outra instituição, mas continua no curso que ingressou, pode-se inferir que a outra forma possível de alterar as dinâmicas de transferência, se dá justamente alterando o perfil da população que ingressa na universidade.

A política afirmativa possui como um de seus reflexos, justamente, a alteração do perfil estudantil, principalmente em alguns cursos onde a população é majoritariamente originada de outras unidades da federação.

Dito isso, o estudo buscou identificar a variação entre o número de transferidos de outros estados em comparação com o número de transferidos nascidos no Acre. Ao avaliarmos a curva de transferidos de outros estados, depreende-se que no período de 2016 até 2018 ela quase se manteve em uma linha reta, mas com o ingresso da turma de 2019, começa um movimento de queda, inclusive chegando ao patamar histórico de 0

em 2021. Em função disso, extrai-se que a implementação do bônus gerou um impacto no número de transferidos de oriundos de outros estados da federação.

Ao observar a curva de alunos transferidos, mas que são naturais do estado do Acre, depreende-se que nos anos de 2014, 2017 e 2018 representam uma possível reta padrão de casos de transferências de alunos do estado do acre, visto que nos anos de 2015 e 2016 houve uma alteração nas dinâmicas por força da greve de 4 meses vivenciada em 2015. Com a implementação do bônus de inclusão regional, foi possível identificar uma queda no número de casos observados dentro desta população, mas em comparação com o grupo de indivíduos de naturais de outros estados, essa variação foi menor, mas mantém estabilidade no menor patamar possível.

Ao passo que superamos a avaliação comparativa entre o número de casos de transferências ocorridas na UFAC, o estudo julga importante identificar quais são os cursos que são responsáveis pelo maior número de ocorrências deste fenômeno dentro da instituição, com a finalidade de tentar identificar se existe ou não uma efeito prático desta política em relação a determinados cursos.

Para tanto, com base nos dados apresentados pela instituição, apresenta-se uma tabela com os cursos em que houveram transferências em cada ano, fazendo distinção entre transferências de alunos naturais do estado do Acre ou não.

	Forma de transferência	Total	Lista de cursos
2014	Transferência AC	3	Comunicação Social Licenciatura em Ciências Biológicas Pedagogia
	Transferência outras UF	13	Letras Inglês Ciências Econômicas Engenharia Civil – 2 alunos Medicina – 2 alunos Filosofia Nutrição Psicologia Direito – 2 alunos Engenharia Elétrica

			Engenharia Agrônômica
2015	Transferência AC	1	Nutrição
	Transferência outras UF	5	Medicina – 2 alunos Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia Florestal
2016	Transferência AC	8	Direito Engenharia Agrônômica – 2 alunos Engenharia Elétrica Psicologia Sistemas de Informação – 2 alunos Libras
	Transferência outras UF	8	Medicina – 4 alunos Pedagogia Direito Saúde Coletiva Música
2017	Transferência AC	3	Direito Engenharia Florestal Educação Física
	Transferência outras UF	7	Medicina – 4 alunos Psicologia Engenharia Civil Nutrição
2018	Transferência AC	4	Psicologia Letras Inglês Engenharia Agrônômica Ciências Econômicas
	Transferência outras UF	8	Medicina – 4 alunos Direito Engenharia Agrônômica Saúde Coletiva Licenciatura em História
2019	Transferência AC	1	Direito

	Transferência outras UF	4	Medicina – 2 alunos Enfermagem Sistema de Informação
2020	Transferência AC	0	-
	Transferência outras UF	1	Ciências Sociais

Tabela 12– Lista de cursos que tiveram alunos transferidos na UFAC entre 2014-2021

Deste quadro, pode-se extrair a seguinte afirmação, o curso de medicina é o curso que detinha a maior constância de ocorrência no que se refere ao número de transferências, totalizando 18 transferências neste período, e apenas deixando de aparecer nos anos de 2020 e 2021, logo após vem o curso de Direito, com um total de 7 ocorrências, não aparecendo nas estatísticas do ano de 2015, 2020 e 2021, e em terceiro lugar neste quesito, aparece o curso de Engenharia Agrônômica, com 5 transferências dispostas ao longo do período estudado.

Outros cursos também aparecem com frequência muito próxima, como os cursos de Engenharia Civil e Psicologia, ambos com 4 transferências, Engenharia Elétrica e Sistemas de Informação com 3 Transferências. Importante destacar que todos os quatro cursos citados neste parágrafo, são cursos com uma grade curricular integral.

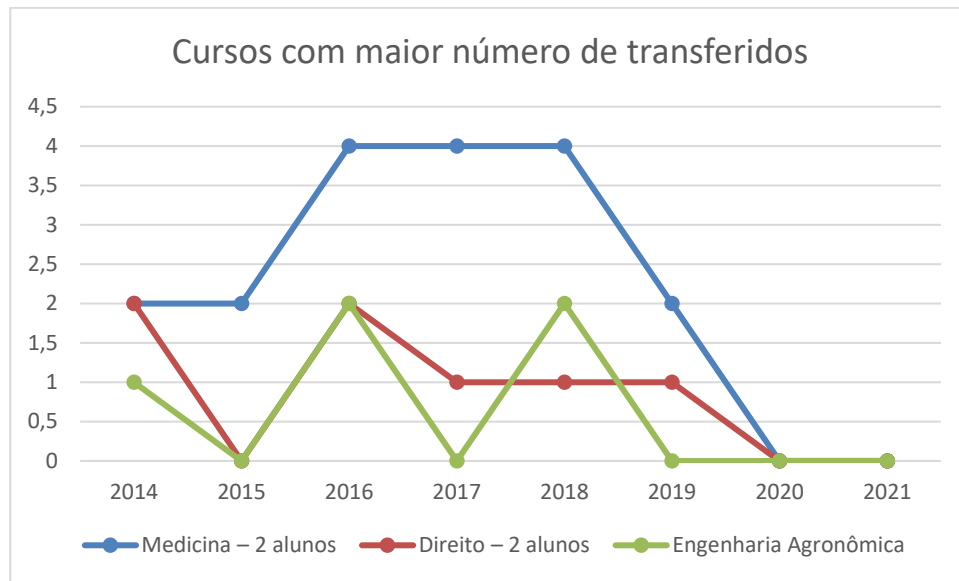


Gráfico 9- Demonstração de alunos transferidos nos cursos de Direito Medicina e Engenharia Agrônoma

Utilizando os dados colhidos, infere-se que a bonificação implementada no SiSU teve como impacto imediato a redução do número de transferidos em especial nos cursos com uma constante elevada de ocorrências desta modalidade de evasão, como se nota pela curva do curso de Medicina que teve uma queda acentuada na turma de 2019 e estabilizou-se em 0 nas turmas de 2020 e 2021.

Movimentos similares ocorreram nos cursos de Direito, que sofreu uma queda e estabilização em 2020 e 2021, e Engenharia agrônoma, que teve queda e estabilidade nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Este movimento se justifica pela implementação da ação afirmativa, visto que a referida tem o condão de equiparar as condições de acesso ao ensino superior de alunos oriundos do sistema educacional acreano em relação aos demais estados. Conforme a Tabela 10, pode-se afirmar que em nenhum momento neste período, os alunos transferidos do curso de medicina eram acreanos, sendo todos oriundos de outros estados.

Diante das avaliações, ainda se mostra necessário identificar o impacto que esta política teve no perfil de ingressantes ao longo do tempo, com o objetivo de apontar se existe ou não possibilidade de uma alteração no perfil estudantil que possa facilitar uma política de regionalismo do ensino superior.

Com esta finalidade, foi solicitado o envio do perfil de todos os alunos matriculados ao longo do mesmo período já delimitado nas solicitações anteriores, a saber, 2014 – 2021, visto que é necessário identificar se existe alteração no padrão de matriculados após a implementação da política estudada. Vejamos o quadro comparativo:

	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Ingressos AC	1794	1910	2043	2254	2322	2276	2185	1948
Ingressos demais estados	467	432	438	542	471	351	318	296
Ingressos totais	2261	2342	2481	2796	2793	2627	2503	2244
Proporção de ingressos AC	79,35	81,55	82,35	80,62	83,14	86,64	87,30	86,81

Tabela 13– Alunos transferidos em relação a naturalidade Sisu na UFAC entre 2020-2021

Diante deste cenário, é possível determinar o número de alunos que efetivamente iniciaram sua vida acadêmica em cada ano, conforme demonstrado na tabela 13. Nota-se que existe uma variação na proporção de matriculados acreanos e não acreanos, em especial nos anos de 2019 até 2021.

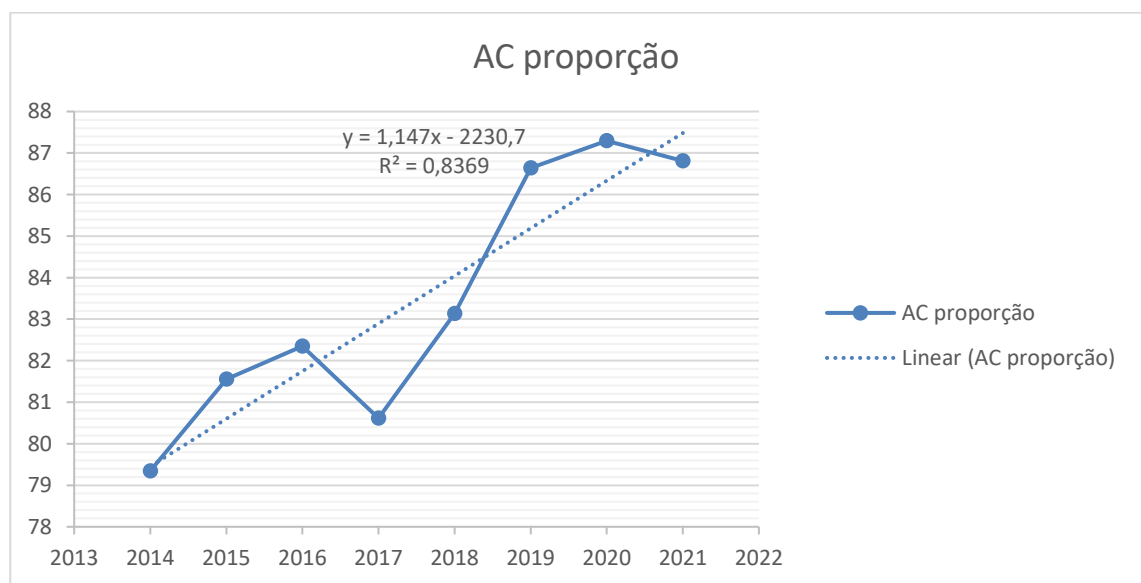


Gráfico 10- Proporção de alunos acreanos ingressos nos cursos de graduação entre 2014-2021.

Diante da curva apresentada, infere-se que após a implementação da bonificação ocorreu uma alteração positiva no número de alunos acreanos ingressos nos cursos de graduação. No período estudado, os números após a implementação foram os maiores durante todo o período e apresentam uma tendência de estabilidade. Diante disto, surge uma expectativa de tendência que os próximos processos seletivos tenham pouca variância no número de ingressos naturais do Acre, o que proporciona a ampliação de uma população advinda da região.

De acordo com Fawcett & Gandois (2010), a regionalização pode ser implementada por meio de uma política de incremento das interações entre os indivíduos de uma região, os quais passam a compartilhar conhecimentos e técnicas, bem como ficam mais atentos as demandas locais daquela região.

Na medida que ocorre um incremento no número de matriculados naturais do estado do Acre, os quais serão inseridos em uma comunidade acadêmica, e em função dos ensinamentos de Perrotta (2016) sobre integração regional, pode-se inferir que ocorreu uma alteração significativa na base acadêmica, capaz de ampliar o modelo regionalização da educação superior, visto que a população acadêmica acreana aumentou após implementação da política.

Entretanto, este movimento não pode ser traduzido de forma automática com um modelo de regionalismo da educação, pois o regionalismo é compreendido como um modelo de projeto político. Como a política afirmativa se trata de uma política de ingresso no ensino superior, implementada pela própria universidade, adotando um critério regional que ultrapassa os limites territoriais do estado, no que concerne aos beneficiados pela política, podemos afirmar que a ação afirmativa se reveste de boas características para uma política de regionalização, tendo bons indícios para integrar um projeto político de regionalismo.

Ocorre que não podemos afirmar que a ação afirmativa é um projeto de regionalismo, pois este não se limita a uma política de ingresso no ensino superior, devendo ser complementado por outras ações do estado e/ou de particulares, com a finalidade de promover a integração regional.

Depreende-se dos dados apresentados, que após a implementação da política percebeu-se uma alteração de forma singela no comportamento dos alunos em

determinados cursos, mas no geral, não foi possível ampliar seus efeitos à dinâmica de evasão e retenção, visto que os dados relacionados as desistências não foram capazes de inferir alguma correlação entre fenômeno e política.

Acrescenta-se ao achado, que a bonificação implementada, em função do estudo desenvolvido, no momento da sua elaboração e implementação, não apresentou comunicação direta ou indireta entre outras políticas públicas voltadas à manutenção e apoio estudantil ao longo do curso, circunstância que poderia incrementar os efeitos da ação afirmativa além do ingresso do aluno, potencializando a formação de alunos de uma região.

Desta feita, após a implementação da política percebeu-se uma alteração nas dinâmicas de ingresso e evasão por transferência, em especial para alguns cursos da instituição, como o já citado curso de medicina, mas merece ser integrada à própria política de superação da retenção e evasão escolar, pois alguns elementos de assistência estudantil possuem a capacidade de alavancar os resultados pretendidos até a conclusão do curso.

4.4 Apresentação das entrevistas

Esta seção se destina à descrição compreensão e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas em função da discussão do terceiro objetivo específico deste trabalho, oportunidade em que se busca identificar algum impacto na política de migração de profissionais do estado do Acre com a implementação da política de bonificação: Bônus do argumento de Inclusão Regional.

Urge salientar que o estudo adotou as entrevistas com os dirigentes de classe, com a finalidade de obter uma resposta mais próxima a realidade dos profissionais atuantes no estado do Acre, em relação a determinadas profissões.

A escolha destas profissões se deu em função da constante presença de alunos transferidos, conforme a tabela 12, onde os cursos de Medicina, Direito, Engenharia Agrônômica encontram-se como os responsáveis pelos maiores números de transferidos, seguidos pelos cursos de Engenharia Civil, Psicologia, Engenharia Florestal, Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica.

A escolha por trabalhar com os cursos dos alunos transferidos se dá por força da própria natureza do estudo, que busca aplicar os conceitos da teoria da fuga de talentos dentro de uma região do Brasil. Somente os cursos que apresentam alunos transferidos podem conferir maior confiabilidade à relação implementação da política e a alteração da fuga de talentos, pois esta é a única forma de evasão que obrigatoriamente o aluno não altera o curso no qual ele está matriculado.

Antes de adentrarmos à discussão das entrevistas, ainda se mostra adequado delimitar algumas particularidades do estado do Acre e a distribuição de conselhos de classe. Como já debatido anteriormente, o Acre encontra-se em uma região afastada das grandes metrópoles, e com poucas alternativas de acesso, passando a ideia de um estado isolado.

A implementação de conselhos de classe no estado, com seus representantes residindo e atuando profissionalmente na região, não é uma realidade para todas as profissões. Podemos citar como exemplo de conselho que não tem sede administrativa no Acre, o Conselho Regional de Nutrição, o qual possui apenas uma secretária responsável por uma parcela reduzida das demandas.

Dito isto, após avaliar os cursos que possuem um número constante de transferidos e que também possuem conselhos com sede no estado do Acre e uma administração diretamente ligada às questões vivenciadas pelos profissionais em seu exercício da profissão, foi possível identificar que os conselhos adequados para entrevistas seriam os de Medicina (CRM), Psicologia (CRP), Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e a OAB. Todavia, não foi possível realizar a entrevista com o CRP, em função do relato apresentado na seção de método.

As entrevistas foram realizadas e buscou-se identificar o nível de conhecimento dos conselhos, quanto às necessidades dos profissionais nos primeiros anos do exercício da profissão no estado, bem como o impacto que as oportunidades de ensino continuado podem gerar na vida profissional do trabalhador. Outros pontos que a entrevista também aborda, estão relacionados à avaliação do mercado de trabalho como um fator de atração ou repulsão de profissionais, nos moldes da teoria da fuga de talentos, mas aplicados em um cenário regional.

Por fim, buscou-se avaliar as ações que cada conselho emprega com a finalidade de superar uma possível baixa atração de profissional, ou manter a atração em níveis adequados. As respostas do CRM e da OAB se referem a suas respectivas carreiras, mas as respostas do CREA possuem uma particularidade, já que o referido conselho não responde exclusivamente por uma profissão, mas por um grupo, o qual compreende engenharia elétrica, engenharia civil, engenharia agrônômica, engenharia florestal, então algumas respostas foram direcionadas para um grupo específico de profissões. deste modo, as respostas serão avaliadas em função da graduação de cada grupo que o conselho pode representar.

4.5 Conteúdo das entrevistas

Nesta seção do constructo, buscou-se descrever e analisar os resultados das entrevistas por meio de agrupamentos, onde cada quesito foi respondido com presente quando for possível identificar que a assertiva é verdadeira dentro da resposta do entrevistado, ausente quando for possível identificar que a assertiva não é verdadeira dentro da resposta do entrevistado, e inconclusivo quando a resposta do entrevistado não apresentar elementos capazes de inferir uma resposta determinada.

A tabela 15, apresenta em linhas gerais agrupamentos em comum de respostas dos entrevistados em função do conhecimento e das ações gerais voltadas aos profissionais nos primeiros anos do exercício profissional.

	Direito	Medicina	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica	Engenharia Florestal	Engenharia Agrônômica
O conselho consegue identificar o número de profissionais registrados no estado.	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
O conselho consegue identificar o número de profissionais atuantes no estado.	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

O conselho possui órgão ou grupo de estudos voltados a avaliação das necessidades dos profissionais no começo da sua vida profissional	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Desenvolvem ações censitárias para identificar o perfil e particularidade dos profissionais	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
O conselho possui políticas facilitadoras para os primeiros anos da vida profissional no estado, como adoção de descontos de anuidades, disponibilização de oficinas, cursos e ações de suporte aos profissionais.	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente

Tabela 14– 1º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.

Deste grupo de características identificadas na pesquisa, pode-se inferir que os conselhos possuem ações voltadas para os primeiros anos da vida profissional dos indivíduos, possuem conhecimento quanto o número de profissionais registrados, buscam compreender o perfil de profissionais registrados, mas somente a OAB tem em sua estrutura, um órgão, setor ou comissão voltada exclusivamente para as necessidades dos profissionais nos 5 primeiros anos do exercício de sua atividade profissional. Percebe-se que a OAB também é a única que apresentou números quando questionada sobre o quantitativo de profissionais atuantes no estado.

Estas respostas não invalidam as percepções dos conselhos, visto que os únicos pontos em que a OAB demonstra mais conhecimento sobre os profissionais em relação aos outros conselhos, se fundamenta no tempo e na estrutura que a OAB utiliza para identificar estas questões, os outros conselhos embora tenham respondido as perguntas de forma negativa, todos informaram que é interesse da gestão implementar modelos de acompanhamento dos profissionais.

Importante destacar que em entrevista, o CREA informou estar firmando parceria com a OAB para implementar um modelo de acompanhamento muito próximo do que é adotado na ordem, com a finalidade de melhorar a resposta institucional às solicitações que os profissionais possuem no início da carreira.

O segundo agrupamento de características identificadas, nas entrevistas, se relaciona com as dificuldades e facilidades que os profissionais enfrentam em relação ao mercado de trabalho, na capital e no interior do Acre.

	Direito	Medicina	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica	Engenharia Florestal	Engenharia Agrônômica
Existe na iniciativa privada um mercado com vagas de emprego disponíveis	Presente	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Existe na iniciativa pública vagas de emprego disponíveis	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
O profissional que atua na capital tem mais oportunidades de desenvolver suas ações na iniciativa privada em relação aos profissionais que atua no interior do Acre	Presente	Presente	Presente	Presente	Ausente	Ausente
O profissional que atua na capital tem mais oportunidades de desenvolver suas ações na iniciativa pública em relação aos profissionais que atua no interior do Acre	Presente	Presente	Presente	Ausente	Presente	Presente
As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a ausência de ações voltadas para estruturação da carreira	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente

As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a exigência de vasta experiência no mercado	Ausente	Ausente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a exigência de capacitação dos profissionais.	Ausente	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a ausência de ações voltadas para estruturação da carreira	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a exigência de vasta experiência no mercado	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Presente	Presente
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a exigência de capacitação dos profissionais.	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Presente	Presente
Existe expressiva rotatividade de profissionais na esfera pública	Presente	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Existe expressiva rotatividade de profissionais na esfera privada	Presente	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente

As condições estruturais (internet, infraestrutura, telefonia, dentre outras) que estão ligadas ao exercício da profissão, são fatores que dificultam a atuação profissional na esfera pública?	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
As condições estruturais (internet, infraestrutura, telefonia, dentre outras) que estão ligadas ao exercício da profissão, são fatores que dificultam a atuação profissional na esfera privada?	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Presente	Presente

Tabela 15– 2º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.

Dos agrupamentos de resposta, pode-se delimitar que o mercado de trabalho quando avaliado no geral, apresenta uma significativa quantidade de vagas ofertadas, mas quando se faz a divisão público e privado, percebe-se que a maioria destas vagas está disposta no setor público. No setor privado, apenas os profissionais do Direito, Medicina e Engenharia Elétrica possuem um mercado de trabalho com significativa oferta de postos de emprego.

De acordo com a fala da representante do CREA, o aumento no número de oportunidades de emprego para os profissionais da Engenharia Elétrica na esfera particular, se dá em função do aumento na procura de serviços de energia solar e projetos de economia de energia, visto que o estado passa por um aumento significativo com os custos energéticos e a legislação atual é favorável à implementação deste modelo de energia verde.

Quanto aos agrupamentos dois e três contidos na tabela, referentes a diferença de oportunidade no campo de atuação das profissões, percebe-se que os médicos advogados e engenheiros civis possuem mais oportunidades na capital em detrimento dos outros municípios, tanto na esfera particular quanto pública.

No que se refere aos profissionais das engenharias florestal e agrônômica o campo da iniciativa privada apresenta maiores oportunidades de emprego nos municípios do interior, quando comparados com a capital, visto que o campo de atuação destas profissões se concentra no agronegócio, atividade que em sua maioria, é executada no interior do estado. Situação que não se repete com a engenharia elétrica, pois o maior campo de atuação na esfera pública se encontra justamente no interior do estado, que, segundo a fala da representante do CREA, não apresenta atração para os profissionais atuarem na iniciativa pública, desta feita, os postos de trabalho são ocupados por trabalhadores na capital que atuam no interior, ou continuam com a demanda por profissionais da área.

Quanto as questões estruturais e a rotatividade de profissionais, infere-se que os fatores estruturais, quando relacionados a iniciativa pública, são significativos na dificuldade de atuação dos profissionais. Aqui importa destacar que para o CRM e para OAB, os profissionais dispostos a ingressar na atividade pública, muitas vezes desistem desta alternativa, pois as condições de trabalho são precárias e podem inviabilizar a sua atuação.

Já na esfera privada, as questões estruturais do estado são fatores que dificultam a atuação de profissionais do Direito, Engenharias Florestal e agrônômica, mas não trazem grandes impactos na vida dos indivíduos da Medicina, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, muito porque estas profissões possuem tecnologias e uma estrutura privada desenvolvida de forma a minimizar as falhas estruturais do estado.

Por conseguinte, pode-se extrair da tabela uma avaliação da correlação dificuldades da atuação profissional em relação a estruturação de carreira, experiência e capacitação profissional. Percebe-se que a estruturação da carreira não é um problema para os indivíduos do direito, mas é uma constante em todas as outras profissões.

Quando correlacionamos a dificuldade vivenciada pelos profissionais com a exigência de experiência profissional, apenas engenharia civil apresenta significativa relação em ambos os setores, público e privado, tal fato se dá pela necessidade que as empresas possuem em contratar engenheiros responsáveis com uma vasta gama de projetos, pois o setor da construção civil recebe muitos recursos públicos, e os editais e convênios determinam um número mínimo de projetos finalizados por parte do

engenheiro responsável pela obra. A situação foi narrada pela representante do CREA e possui impacto negativo na oportunidade de emprego para profissionais recém-formados, lhes obrigando a priorizar a produção laboral, em detrimento da capacitação continuada.

Quanto a capacitação, é possível delimitar que existe uma relação inversamente proporcional entre nível de capacitação e dificuldade profissional em profissões onde o mercado encontra-se saturado (Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal) e onde existe muita especificação de áreas de atuação (Direito). Esta afirmativa não se aplica ao curso de Medicina, fato justificável pela própria reposta da representante do CRM, que informou haver no estado uma carência de médicos tão grande, que embora haja uma gama de especializações dentro da medicina, a atuação de médicos generalistas é absorvida pelos postos de trabalhos vagos. Tal narrativa encontra reforço no primeiro capítulo deste constructo.

O terceiro agrupamento de repostas busca identificar questões relacionadas as políticas públicas, atuação dos conselhos de classe, e outros fatores que alteram as dinâmicas profissionais de cada uma categoria estudada.

	Direito	Medicina	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica	Engenharia Florestal	Engenharia Agrônômica
O conselho utiliza a função de fiscalizador da profissão para garantir condições adequadas de exercício e concorrência entre profissionais.	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa privada está diretamente ligado a uma economia fortalecida	Presente	Inconclusivo	Presente	Presente	Presente	Presente

O aumento dos postos de trabalho na iniciativa privada está diretamente ligado à implementação de novas tecnologias no mercado.	Presente	Inconclusivo	Presente	Presente	Presente	Presente
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa pública está diretamente ligado a uma economia fortalecida	Presente	Inconclusivo	Presente	Presente	Presente	Presente
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa pública está diretamente ligado à implementação de novas tecnologias no mercado.	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
A iniciativa pública possui processos seletivos adequados que não discriminam profissionais por experiência em detrimento de critérios de competência	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
A iniciativa pública não apresenta processos seletivos para provimento de cargos efetivos	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente

no estado do Acre.						
A remuneração é tabelada em uma lei estadual, determinando o mínimo na esfera privada	Presente	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
A remuneração é tabelada por meio de resolução do conselho, determinando o mínimo na esfera privada	Inconclusivo	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
A remuneração na esfera pública é tabelada em função de um quadro de carreiras atualizado	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
A remuneração na esfera pública está abaixo dos outros estados ou não possui regulamentação.	Ausente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Existe diferença entre a remuneração percebida na capital em relação aos outros municípios do estado do Acre	Inconclusivo	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

Tabela 16– 3º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.

Neste agrupamento, é possível reconhecer indícios quanto as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no mercado de trabalho, referentes à remuneração,

incremento de tecnologias, a participação dos conselhos na fiscalização do exercício regular da profissão e a forma de contratação dos profissionais no setor público.

Os conselhos foram categóricos ao afirmar que possuem ações voltadas ao acompanhamento e fiscalização do exercício regular da profissão e combate as irregularidades. A OAB acrescenta que possui uma comissão específica para tratar do exercício irregular da profissão e outra responsável por garantir a observância e cumprimento das prerrogativas dos profissionais na sua atuação.

Os aspectos relacionados ao aumento dos postos de trabalho que foram apontados pelos entrevistados são dois, a inserção de novas tecnologias no mercado e o próprio fortalecimento da economia.

Sobre este agrupamento, percebe-se que apenas o CRM e não se pronunciou categoricamente quanto a relação direta entre postos de trabalho e desenvolvimento da economia, apresentando o resultado inconclusivo, mas em sua fala, é possível inferir que a ausência de tecnologias no setor público é um fator de repulsão de profissionais. Inferência que se relaciona diretamente com a seção anterior, momento em que o CRM afirmou que a ausência de estrutura, tecnologias e recursos na esfera pública, no interior do estado é um fator que dificulta a sua atuação, sendo responsável por repelir os profissionais que tem inclinação a assumir o serviço público no interior.

Ao passo que a entrevista avança, foi possível identificar as particularidades referentes a renda dos profissionais e aos processos seletivos. Inicialmente destacamos que a presença de processo seletivos para provimento de cargos efetivos no estado do Acre é uma realidade nas carreiras relacionadas à atividade jurídica.

Todos os demais conselhos informaram que existe escassez processos seletivo para profissionais efetivos, estando o estado restrito a promover concursos provisórios. Estas respostas se relacionam com a seção anterior, no momento em que os mesmos conselhos informam que a profissão possui dificuldade relacionada a estruturação de carreira no setor público.

Referente a exigência de experiência profissional em detrimento de capacitação, apenas o CREA informou que todos os cursos sofrem com os processos de seleção que priorizam a produção laboral do indivíduo em detrimento de sua capacitação, pois a maioria dos processos seletivos simplificados para provimento de cargos públicos, na

modalidade temporária, assumem este formato. Tal circunstância se estende aos processos licitatórios com empresas particulares, o que acaba por prejudicar a contratação de engenheiros sem vasta experiência, ou quando o faz, paga-se salários menores do que os engenheiros que já possuem vasto portfólio, mesmo que as competências e nível de especialização não obedeçam a esta mesma proporção.

Quanto aos fatores relacionados à remuneração, depreende-se que a OAB é o conselho que apresenta um grande empenho em padronizar a remuneração da iniciativa privada e pública (possibilidade advinda da advocacia dativa), tendo inclusive sua remuneração base fixada em lei atualizada. Os outros conselhos apresentaram situações muito parecidas, a remuneração na atividade privada está fixada em resolução, mas a remuneração da esfera pública é carente de regulamentação atualizada, sendo uma das pautas dos conselhos, a reestruturação das carreiras no estado e municípios.

Quanto a latente existência de diferença na remuneração da capital em relação aos municípios, a OAB não apresentou dados que possam afirmar categoricamente que a afirmação é correta ou incorreta, o CREA informou que não existe significativa variação de salários, mas o CRM foi categórico em informar que a diferença é perceptível, acrescentando que na capital além dos proventos oriundos da atividade pública serem maiores, ainda existe um mercado particular mais movimentado ao compararmos com outros municípios do interior.

O próximo agrupamento se destina a correlacionar as respostas que envolvam a participação do conselho na promoção da atividade profissional, oferta de ensino continuado e alguns fatores pessoais gerais.

	Direito	Medicina	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica	Engenharia Florestal	Engenharia Agrônoma
O conselho oferece espaços para profissionais que não possuem condições financeiras no momento	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

O conselho possui um canal de interlocução com o poder público, e outros setores da economia, visando implementar facilidades para atuação profissional no estado	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
O conselho oferece suporte tecnológico e técnico para o profissional que necessita	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
O conselho de classe oferece capacitação para os profissionais acompanhando as demandas da profissão.	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
A adesão aos cursos de capacitação é adequada	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
O conselho possui um órgão ou departamento especializado na oferta destes cursos.	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
A oferta de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, por parte das instituições públicas, atende à demanda do estado do Acre.	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
A especialização dos profissionais possui impacto significativo na renda	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

profissional da categoria						
É comum que os profissionais que possuem interesse em fixar domicílio no Acre já possuam familiares ou negócios já estabelecidos no estado.	Presente	Presente	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
É comum que os profissionais que buscam especialização fora do estado, não retornem após a conclusão da especialização.	Presente	Presente	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 17– 4º agrupamentos de respostas referente às entrevistas.

Com o aporte da tabela, a correlação diretamente proporcional entre existência de familiares e/ou negócios preestabelecidos no estado com a intenção de fixar domicílio no estado pode ser encontrada na fala dos dirigentes da OAB e CRM. Sobre o mesmo ponto, não podemos afirmar que existe ou não existe esta correlação referente às profissões de Engenharia Civil, Elétrica, Florestal e Agrônômica, visto que a fala da representante do CREA não abordou este conteúdo.

No agrupamento de informações onde se debate o impacto da capacitação na renda profissional dos trabalhadores, identificou-se que apenas nas profissões de Advogado e Médico, o impacto da capacitação é nitidamente perceptível. Quando questionada, a representante do CREA informa que a capacitação não possui impacto direto com a remuneração, informação que se justifica com os achados nas tabelas anteriores, pois a atuação destes profissionais no geral não está diretamente ligada as competências técnicas, mas ao portfólio de trabalhos realizados, dando salários mais elevados para profissionais com maior experiência.

Sobre a oferta de cursos de capacitação, infere-se que a oferta de cursos por parte dos conselhos de classe se dá por meio de ações voltadas a identificar as

necessidades dos profissionais de acordo com o mercado, característica presente em todas as respostas.

Depreende-se de igual modo, que todos os conselhos oferecem cursos aos profissionais, ocorre que ao informar sobre o modo como estes cursos são organizados, apenas a OAB apresenta que existe uma escola específica para atuar neste campo, inclusive com orçamento próprio.

Quando questionados sobre a adesão dos profissionais aos cursos ofertados, apenas a OAB informa que a adesão é satisfatória e adequada. Na ocasião o entrevistado informa que a atuação da Escola da Advocacia é fundamental para a adesão dos profissionais aos cursos de capacitação, e existem alguns cursos elaborados em ciclos, e voltados para atuação dos novos profissionais, sendo ofertados de forma gratuita ou onerosa.

Em se tratando da oferta de cursos de especialização por parte do Estado, as respostas dos conselhos apontam para a oferta satisfatória de cursos de especialização em instituições públicas no estado em, quando contraposto a demanda por parte dos profissionais, com exceção da OAB que apontou que não existe uma oferta satisfatória, havendo uma grande demanda reprimida, visto que não existe nenhum curso de especialização ofertado na UFAC, voltado para o curso os profissionais do direito.

A próxima avaliação que se fez, foi referente a adoção de alguma política do conselho, voltada a dar suporte estrutural em função das dificuldades relatadas em entrevista, como a oferta de salas, equipamentos, escritórios corporativos. Neste momento, apenas a OAB informou que possui ações voltadas aos profissionais que não possuem alguns instrumentos ou o acesso às ferramentas de trabalho é dificultada pelas questões geográficas. Em sua fala, o representante da OAB informa que possuem escritórios corporativos, salas de espera com laboratório de informática na maioria dos fóruns do estado do Acre, possuem uma comissão específica para tratar de problemas com as ferramentas utilizadas no peticionamento e audiências, e buscam ampliar a oferta destes serviços com outras ações.

Objetivando identificar a relação entre os achados contidos nas entrevistas e a teoria relacionada aos fatores de repulsão e atração da fuga de cérebros, optou-se por correlacionar os agrupamentos oriundos da codificação das entrevistas com os fatores

de repulsão e atração apresentados por Portes (1976). Desta relação busca-se identificar os fatores de maior impacto nas dinâmicas de migração envolvendo o Acre.

Com esta finalidade, o estudo utilizou os grupos de fatores relacionáveis com os processos migratórios da teoria de fuga de cérebros, e os identificou em códigos, diferenciando os momentos em que eles assumem papel de repulsão ou atração.

Grupos de Fatores	Repulsão	Atração
Questões financeiras	Grupo de Fatores de Repulsão 1 -GFR1	Grupo de Fatores de Atração 1 -GFA1
Questões sociais	Grupo de Fatores de Repulsão 2 -GFR2	Grupo de Fatores de Atração 2 -GFA2
Oportunidades de pesquisa	Grupo de Fatores de Repulsão 3 -GFR3	Grupo de Fatores de Atração 3 -GFA3
Incorporação ao mercado de trabalho	Grupo de Fatores de Repulsão 4 -GFR4	Grupo de Fatores de Atração 4 -GFA4
Questões pessoais	Grupo de Fatores de Repulsão 5 -GFR5	Grupo de Fatores de Atração 5 -GFA5

Tabela 18– Grupo de fatores relacionados à fuga de talentos.

Importante destaque quanto a tabela anterior, embora a teoria aplicada apresente questões relacionadas com a oportunidade de pesquisa para profissionais altamente capacitados, ocorre que o presente estudo fez uma adaptação a esta teoria e efetiva um acréscimo ao grupo de fatores, a saber, oportunidade de capacitação e especialização. A alteração se mostra necessária pois o estudo se propõe a identificar o impacto de uma política pública nos fatores de repulsão e atração de um perfil de profissionais que não estão no topo da carreira acadêmica, mas estão em um patamar elevado em consideração com a população geral da localidade.

Após este momento, optou-se por correlacionar a coluna repulsão e atração da tabela 18 com as 4 tabelas de agrupamento de codificação extraídas das entrevistas, para então podermos identificar os pontos de atração e repulsão manifestados no Acre, para cada profissão. Importante destacar que algumas codificações não receberam uma legenda de correlação, pois não possuem relação que se encaixa na teoria, mas para estes itens adotamos uma legenda de particularidade do estado (PAE), ou ausente quando se tratar de um achado não relevante ao tema.

Codificação	Legenda
O conselho consegue identificar o número de profissionais registrados no estado.	Não representa nenhum grupo de fatores
O conselho consegue identificar o número de profissionais atuantes no estado.	Não representa nenhum grupo de fatores
O conselho possui órgão ou grupo de estudos voltados a avaliação das necessidades dos profissionais no começo da sua vida profissional	Não representa nenhum grupo de fatores
Desenvolvem ações censitárias para identificar o perfil e particularidade dos profissionais	Não representa nenhum grupo de fatores
O conselho possui um órgão ou departamento especializado na oferta destes cursos.	Não representa nenhum grupo de fatores
A remuneração é tabelada em uma lei estadual, determinando o mínimo na esfera privada	GFA1
A remuneração é tabelada por meio de resolução do conselho, determinando o mínimo na esfera privada	GFA1
A remuneração na esfera pública é tabelada em função de um quadro de carreiras atualizado	GFA1
A especialização dos profissionais possui impacto significativo na renda profissional da categoria	GFA1
O conselho utiliza a função de fiscalizador da profissão para garantir condições adequadas de exercício e concorrência entre profissionais.	GFA2
O conselho oferece espaços para profissionais que não possuem condições financeiras no momento	GFA2
O conselho possui um canal de interlocução com o poder público, e outros setores da economia, visando implementar facilidades para atuação profissional no estado	GFA2
O conselho oferece suporte tecnológico e técnico para o profissional que necessita	GFA2
O conselho de classe oferece capacitação para os profissionais acompanhando as demandas da profissão.	GFA3
A adesão aos cursos de capacitação é adequada	GFA3
A oferta de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, por parte das instituições públicas, atende à demanda do estado do Acre.	GFA3
É comum que os profissionais que buscam especialização fora do estado, não retornem após a conclusão da especialização.	GFA3

O conselho possui políticas facilitadoras para os primeiros anos da vida profissional no estado, como adoção de descontos de anuidades, disponibilização de oficinas, cursos e ações de suporte aos profissionais.	GFA4
Existe na iniciativa privada um mercado com vagas de emprego disponíveis	GFA4
Existe na iniciativa pública vagas de emprego disponíveis	GFA4
É comum que os profissionais que possuem interesse em fixar domicílio no Acre já possuam familiares ou negócios já estabelecidos no estado.	GFA5
As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a ausência de ações voltadas para estruturação da carreira	GFR1
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a ausência de ações voltadas para estruturação da carreira	GFR1
A remuneração na esfera pública está abaixo dos outros estados ou não possui regulamentação.	GFR1
Existe diferença entre a remuneração percebida na capital em relação aos outros municípios do estado do Acre	GFR1
As condições estruturais (internet, infraestrutura, telefonia, dentre outras) que estão ligadas ao exercício da profissão, são fatores que dificultam a atuação profissional na esfera pública?	GFR2
As condições estruturais (internet, infraestrutura, telefonia, dentre outras) que estão ligadas ao exercício da profissão, são fatores que dificultam a atuação profissional na esfera privada?	GFR2
As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a exigência de capacitação dos profissionais.	GFR3
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a exigência de capacitação dos profissionais.	GFR3
O profissional que atua na capital tem mais oportunidades de desenvolver suas ações na iniciativa privada em relação aos profissionais que atual no interior do Acre	GFR4
O profissional que atua na capital tem mais oportunidades de desenvolver suas ações na iniciativa pública em relação aos profissionais que atual no interior do Acre	GFR4

As dificuldades dos profissionais na iniciativa pública estão relacionadas com a exigência de vasta experiência no mercado	GFR4
As dificuldades dos profissionais na iniciativa privada estão relacionadas com a exigência de vasta experiência no mercado	GFR4
A iniciativa pública possui processos seletivos adequados que não discriminam profissionais por experiência em detrimento de critérios de competência	GFR4
A iniciativa pública não apresenta processos seletivos para provimento de cargos efetivos no estado do Acre.	GFR4
Existe expressiva rotatividade de profissionais na esfera pública	PAE
Existe expressiva rotatividade de profissionais na esfera privada	PAE
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa privada está diretamente ligado a uma economia fortalecida	PAE
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa privada está diretamente ligado à implementação de novas tecnologias no mercado.	PAE
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa pública está diretamente ligado a uma economia fortalecida	PAE
O aumento dos postos de trabalho na iniciativa pública está diretamente ligado à implementação de novas tecnologias no mercado.	PAE

Tabela 19– correlação dos grupos de fatores por codificação das entrevistas.

Os grupos com os quais a política afirmativa mais dialoga estão centrados em dois aspectos, ensino e questões pessoais, compreendendo os itens GFR5, GFA5, GFR3 e GFA3.

A política afirmativa da UFAC, ao ampliar o número de alunos ingressos, provenientes da educação de base do estado do Acre e região, em um primeiro momento, possui a capacidade de gerar impacto direto no grupo GFA5, pois este se liga diretamente com a existência de familiar, negócios ou interesses pessoais na região avaliada.

Ocorre que ao avaliarmos com maior profundidade a política implementada, percebe-se que o modelo adotado não possui interlocução com outras políticas

institucionais de retenção e evasão escolar, o que não garante a conclusão do curso destes alunos que ingressam com o bônus.

O outro grupo de fator de atração e repulsão encontra-se delimitado no item G3, e se relaciona diretamente com a oportunidade de ensino e pesquisa continuada com a graduação. A política afirmativa se propõe, de forma secundária, a proporcionar o surgimento de uma política de regionalização do ensino, deste modo, favorecendo o surgimento de um grupo de indivíduos propensos a se envolver em pesquisas e formação continuada. Cenário que pode se converter em um fator de atração para manter os novos indivíduos formados no estado, até mesmo atraindo profissionais de outros estados.

Todavia, este surgimento de uma política de regionalização depende da atuação de outros agentes políticos provenientes do Estado e sociedade civil. Hipótese que não se identificou no momento da coleta de dados junto a UFAC. O mais próximo que se tem de uma tentativa de implementação de uma política de regionalização, é encontrada no modelo de suporte adotado pela OAB- AC, onde se tem um órgão específico para fomentar a capacitação, pesquisa e ensino por parte dos advogados e estudantes de direito, mas a sua atuação é muito centrada na atuação do advogado, e não dialoga muito com a pesquisa acadêmica, como se percebe pela demanda reprimida de cursos de mestrado e doutorado na área do direito, conforme relato do presidente.

Compreendendo que a política afirmativa tem um impacto significativo em dois agrupamentos, resta identificar se isoladamente ela possui um impacto significativo ou há que se estudar alternativas complementares para alcançar os resultados pretendidos.

A identificação do impacto que cada grupo de fatores possui na dinâmica de migração de profissionais é a ferramenta para prospectar os reflexos que está política pode ter em um determinado fenômeno. Para tanto, avaliou-se as falas dos conselheiros e os agrupamentos apresentados, buscando identificar correlação entre a fala e a política implementada.

Das falas dos conselhos, percebe-se que a problemática gira em torno de oferta de emprego, condições de trabalho, retorno financeiro, oferta de cursos de especialização e por fim, algumas questões familiares. Quanto as questões familiares, infere-se que a presença de um círculo de amigos e família não é determinante, mas a

presença de um empreendimento de família, uma estrutura econômica previamente estabelecida ou o desejo de diversificar a fonte de renda com outras atividades relacionadas com a agropecuária e extrativismo, podem gerar algum impacto na escolha dos indivíduos em fixar moradia no Acre, especialmente para os profissionais da Medicina.

A implementação do bônus, nos moldes determinados, não apresentou robustez para garantir a ampliação do número de alunos acreanos formados na UFAC, visto que não se trata de uma política adequadamente estruturada com a política de retenção e evasão escolar instituída na UFAC, visto que em nenhum momento ocorre qualquer interlocução entre as mesmas.

A fragilidade da política, no que se refere a efetiva formação do aluno, impede que ela tenha efeitos diretos percebidos pelos conselhos de classe, situação percebida nas respostas dos conselhos.

Depreende-se que em nenhum dos cenários apresentados a política afirmativa apresenta robustez suficiente para alterar o processo de fuga de talentos do estado, visto que ela não se apresenta relacionável com a problemática apresentada pelas falas dos entrevistados.

A política implementada na UFAC só possui a expectativa de alterar a proporção de alunos ingressos na UFAC, ampliando o número de acreanos em razão da equiparação das condições de acesso. Situação que não garante efetivamente a fixação e a efetiva conclusão deste grupo de estudante no curso, muito menos a fixação deles no estado após a conclusão do curso.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, o estudo busca aprofundar a discussão com relação aos achados em função das hipóteses levantadas anteriormente, objetivando atingir os objetivos deste trabalho. Para tanto, é necessário separar esta discussão em duas subseções, onde a primeira se destina a discutir a temática relacionada a bonificação com um foco nos impactos acadêmicos e administrativos. A segunda subseção apresenta as discussões referente a bonificação como uma ferramenta útil na fixação de profissionais no estado do Acre.

Por fim apresenta-se uma terceira subseção voltada a apresentar sugestões aplicáveis ao órgão e a própria situação problema, objetivando colaborar com o processo de aperfeiçoamento da política pública implementada.

5.1 Impactos acadêmicos da implementação bonificação

O construto buscou identificar inicialmente qual o impacto que a política de bonificação implementada na UFAC trouxe dentro do processo de seleção nos cursos de graduação. Com o objetivo de identificar se existe algum impacto perceptível da política pública implementada na UFAC, no que se refere as dinâmicas do processo seletivo do SiSU, o estudo apresenta os resultados obtidos nas subseções 4.1; 4.2 e 4.3, passando a avalia-los de forma a verificar se a política trouxe impactos positivos para o processo seletivo.

Como vimos nas seções citadas, resta demonstrado que o número de chamadas é um fator determinante para prolongar o processo de seleção, e aumentar os custos operacionais para a administração da instituição. Os processos seletivos podem sofrer interferência de fatores externos e internos ao processo de seleção.

Podemos citar como exemplos de fatores externos no processo seletivo, a ocorrência de greves durante o ano letivo ou a suspensão das atividades acadêmicas por conta da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, eventos que suspendem as chamadas, prolongando a seleção ao longo do tempo, mas sem efetivamente preencher as vagas ociosas. Estes acontecimentos estão relacionados com a redução do número de chamadas nos 1º semestres letivos dos anos em que ocorrem, influenciando na retenção de vagas para o ano seguinte.

Sobre os fatores internos ao processo seletivo, pode-se citar o próprio exemplo da política de bonificação implementada na UFAC, e a melhoria do procedimento de matrícula. De acordo com o gráfico 2 e 3, infere-se que a implementação da política no ano de 2019, gerou uma redução nos números de chamadas referentes a cada semestre letivo que não havia ocorrido neste mesmo período, com exceção do ano de 2015, momento em que ocorreu uma greve geral em muitas universidades e institutos federais, o que pode ter influenciado na redução acentuada do número de chamadas neste ano.

A bonificação apresenta relação direta com o número de chamadas, na medida em que as chamadas ocorrem em função do não preenchimento das vagas ao longo do processo. Com a implementação do bônus, ocorre um incremento considerável no número de alunos naturais do Acre e regional, fator que se mostrou relacionável com a adesão destes alunos ao curso pretendido, logo nas primeiras chamadas.

Depreende-se que a bonificação implementada no processo seletivo, apresentou relação com a redução do número de chamadas dos processos de seleção para os cursos de graduação na UFAC, mas estes não fora a única relação percebida ao longo das avaliações.

Sobre o perfil de estudantes que ingressaram nos cursos de graduação com o advento da bonificação, percebe-se que ocorreu a confirmação das previsões apresentadas no estudo prévio que fundamentou a implementação da política afirmativa, visto que no referido estudo se projetava que o número de alunos naturais do estado do Acre e regional, ingressos nos cursos de graduação por meio do SiSU, seria aproximadamente 80%. Conforme se observa pelo gráfico 10, após a implementação da bonificação, o percentual de alunos ingressos naturais do estado do aumentou e apresentou uma tendência a permanecer em patamares superior à 86%.

Quando avaliamos o número geral de alunos ingressos de outros estados da federação, pode-se afirmar que com a implementação do bônus no processo seletivo, o número deste grupo de indivíduos se comportou de forma decrescente ao longo dos anos, tendo atingido patamares inferiores dentro deste período avaliado, conforme se vê na Tabela 13.

Outro aspecto no qual o estudo pretende se debruçar, se apresenta diretamente relacionado com a descrição do comportamento observado dentro da comunidade acadêmica com o advento da bonificação quando relacionada as dinâmicas de retenção e evasão escolar na universidade.

Com base no reconhecimento da política quanto as finalidades as quais ela se destina, bem como em função do reconhecimento das particularidades vivenciadas no estado do Acre e na universidade, pode-se afirmar que a ação afirmativa implementada pode alterar as dinâmicas de evasão e retenção, em especial no que se refere às transferências de alunos para outras instituições de outros estados.

Importante destacar que as transferências para outras instituições dentro do próprio estado, não encontra relação direta com a bonificação, pois nesta hipótese, o ambiente geopolítico em que as instituições de ensino estão inseridas é o mesmo. Sendo a bonificação uma política que, como vimos, incrementa o número de alunos oriundos da regional Acre, não se vislumbra relação direta que possa impactar nestas transferências internas e transferências para outras instituições dentro do estado do Acre.

Com a finalidade de delimitar o movimento que ocorreu dentro das transferências de aluno quando aplicável o bonus do argumento de inclusão regional da UFAC, optou-se por separar cada turma de ingresso por ano e avaliar o seu comportamento até o fim do 2º semestre de 2021. Este formato se justifica pela própria característica que a ação afirmativa apresentou quando identificamos que ela possibilitou ampliar a proporção de alunos oriundos da regional Acre ao longo dos anos, sendo imperioso que este estudo trabalhe com este recorte, para descrever o comportamento destes agrupamentos de indivíduos detentores de uma característica em comum.

Em função dos Gráficos 4, 5 e 6, infere-se que após a implementação da política de bonificação percebe-se que, imediatamente após a implementação da política de bonificação, o número de transferências totais atingiu o menor valor observado até aquele momento, valores que continuaram em queda nos anos seguintes, atingindo o patamar neutro de 0 transferências em 2021.

Ocorre que para identificar se existe algum nível de relação entre esta alteração de comportamento em função da política implementada, optamos por avaliar a relação de transferências em função da naturalidade do indivíduo, pois a política de bonificação já havia mostrado um grau de influência na proporção de alunos oriundos de outros estados da federação. Com a redução do número global de indivíduos de outras unidades da federação, a probabilidade destes indivíduos solicitarem transferência deveria cair, em função da redução da população.

Após efetuado o recorte, foi possível apontar que, em verdade, após a implementação da política, a proporção de alunos ingressantes naturais de outros estados da federação aumentou, o que passou a reduzir o número de solicitações de

transferência de alunos ingressantes de outros estados da federação, visto que a população global destes se mostrou menor ao longo do tempo.

Diante destas reflexões, pode-se inferir que a implementação da bonificação apresentou algum nível de relação com as dinâmicas de evasão escolar por transferência ao longo do curso, não se restringindo aos primeiros anos, mas não é possível efetuar um recorte com alterações significativas quando relacionados a outras formas de evasão, como o caso das desistências. A situação se dá em função da limitação temporal e em função do objetivo que a ação afirmativa se reverte, a saber, ampliação do número de indivíduos naturais do Acre ingressando na UFAC.

Quanto à possibilidade da política de bonificação se apresentar com uma ferramenta importante para impactar a morosidade dos processos seletivos, o estudo pode afirmar que existe uma relação entre a implementação da bonificação e a redução da duração do processo seletivo, mesmo não sendo a única ferramenta que a universidade detém para acelerar a seleção de alunos, ainda assim se mostrou como uma importante ferramenta neste sentido.

Neste aspecto, pode-se fazer uma ressalva, embora exista uma relação positiva entre a implementação da bonificação e a redução do número de chamadas (trazendo celeridade ao processo), entende-se que a bonificação não é a única ferramenta útil nem é o único fator possível para gerar influência na duração do processo seletivo.

5.2 Impactos sociais da implementação da bonificação

A implementação da política dentro do estado do Acre, apresenta um efeito secundário, a saber, a expectativa de ampliação da fixação de profissionais no estado e região.

Tal expectativa se apresenta quando identificamos que a bonificação, enquanto política pública, foi editada para equiparar as condições de acesso a universidade pública no estado do Acre em relação aos demais estados do país, conseqüentemente, ampliando o número de indivíduos acreanos a ingressar nos cursos da UFAC. Alunos que após concluir o curso, podem ter mais chances de fixar moradia no estado, onde passam a compor a mão de obra capacitada disponível para população da regional Acre.

Embora esta expectativa se mostre simples de compreender, ela também se apresenta simplória ao não aprofundar nos fatores de repulsão e atração relacionáveis com o estado em função das profissões.

Buscando aprofundar-se nesta linha de raciocínio, este constructo adotou uma metodologia voltada para identificação dos fatores de repulsão e atração de profissionais, em determinadas áreas de atuação, com fundamento nos ensinamentos de Iravani (2011), Winchie e Carment (1989), Sajjad (2010) e Portes (1976).

Dotado da teoria e dos resultados obtidos nas entrevistas, o estudo passou a avaliar qual o nível de impacto que cada Grupo de Fatores de Atração e Repulsão apresenta em relação as profissões identificadas como as mais propensas de evasão, na modalidade transferência, durante a graduação.

Em função do gráfico 11, percebe-se que o Grupo de Fatores de repulsão 5 e 3, relacionados com oportunidade de pesquisa e questões pessoais, não apresentam impacto significativo quando avaliado o grupo de profissões. desta situação, infere-se que o processo de migração no estado não apresenta significativa relação com estes fatores de repulsão identificados nas entrevistas.

Uma vez que a política tem efeitos esperados referente ao aumento do número de alunos acreanos formados nos cursos de graduação, bem como apresenta um potencial para compor uma política maior de regionalização da educação, potencializando o surgimento de grupos de pesquisadores locais, voltados para as necessidades da região, pode-se afirmar que, estes dois grupos de fatores de repulsão encontram relação com a política de bonificação.

Por outro lado, os grupos de fatores de atração 3 e 5, apresentam resultado positivo no que concerne à tomada de decisão dos profissionais em fixar domicílio no estado do Acre.

Avaliando as repostas dos conselhos de classe, percebe-se que a somente dentro da área de atuação dos profissionais do Direito, pode-se determinar que existe uma demanda reprimida por cursos de mestrado e doutorado, demanda que não é atendida pela UFAC, pois não possui nenhum curso institucional nesta área.

Quando avaliamos as dificuldades relatadas pelo CRM, a avaliação quanto os fatores de repulsão do estado, para os profissionais, assumem mais importância a

ausência de condições dignas de trabalho, seguido de ausência de concursos para provimento de cargos efetivos, a necessidade de reformulação do plano de cargos e carreiras dos médicos no estado. Quanto aos fatores de atração, pode-se destacar a presença de familiares, negócios ou desejo de empreendedorismo no agronegócio e extrativismo por parte dos médicos atuantes.

Da fala da presidente do CRM, além de perceber as grandes dificuldades, inferiu-se também que estes profissionais escolhem sair do estado em função destes fatores, mas esta tomada de decisão está quase sempre centrada no medo de atuar em um estado com pouca infraestrutura, poucos recursos, e ser processado por cometer algum erro por falta de apoio técnico adequado, sendo posteriormente responsabilizado por suas ações.

É comum que estados do interior do Brasil, tenham características que não atraiam os médicos, mas ficou evidente que o Acre é um estado que possui uma política que repele estes profissionais, mesmo eles possuindo um vínculo afetivo com a região.

Deste cenário, importante mencionar que a percepção do fator de atração identificável não é uma constante, não se aplicando a todos os médicos formados, mas os fatores de repulsão possuem relação direta com todos os médicos, mesmo que em níveis distintos.

Quando avaliamos a fala do CREA, pode-se determinar que existe uma leve diferença entre as áreas de atuação de determinados profissionais, mesmo dentro do mesmo conselho.

Para os profissionais da engenharia elétrica, a demanda de serviço é tão intensa que o mercado não consegue suprir de forma adequada, mas esta situação se relaciona com a iniciativa privada e a implementação de um modelo de produção de energia limpa no estado do Acre. Quando avaliamos a iniciativa pública, as dificuldades são muito próximas aos profissionais da medicina, como a ausência de concursos públicos, mas acrescenta-se a exigência de vasta experiência no ramo.

Esta exigência não se encontra somente na engenharia elétrica, mas também na engenharia civil e nas ergonômica e florestal. Ocorre que o impacto mais perceptível se apresenta justamente dentro da vivência dos profissionais da engenharia civil, os quais, quando recém-formados, não apresentam um vasto portfólio de obras assinadas

que o qualifique dentro do padrão solicitado pelos gestores públicos em seus editais de contratação e licitação.

Desta feita, é comum que os profissionais com pouca experiência sejam contratados para atuar como subordinado direto ou até mesmo assistente do engenheiro experiente, e ganhando menos.

Ao passo que a avaliação avança, apresenta-se que o modelo de política é insuficiente para superar o fenômeno da fuga de cérebros na regional Acre, pois a forma como a política é aplicada, assumindo que ela tenha impacto pleno na criação de um cenário acadêmico com oportunidades, não apresenta relação direta com as principais questões identificadas no estudo referente a fixação de profissionais no Acre, conforme as narrativa das entrevistas com os conselhos de classe.

Deste modo, o estudo, em observância ao 3º objetivo específico, identifica que é possível que a política de bonificação implementada na UFAC, tenha um certo grau de impacto nas dinâmicas de migração de profissionais no estado do Acre, ocorre que a política não se mostra suficiente para impactar de forma considerável os fatores de repulsão e atração, em função da ausência de interlocução com outras políticas, o que dificulta a criação de uma política de regionalismo.

5.3 Proposta de intervenção

Após toda a discussão e reflexão sobre o assunto, é possível identificar algumas alternativas para incremento da política de bonificação implementada na UFAC. Durante a coleta de informações junto ao banco de dados da instituição, verificou-se que a UFAC não adota um mecanismo de atualização do endereço eletrônico e telefone dos alunos, nem institucionalizou a avaliação dos egressos como ferramenta hábil para avaliar as diretrizes que a instituição deve adotar em médio e longo prazo.

O processo de acompanhamento dos alunos egressos é um importante instrumento para nortear as ações da instituição tanto na área da pós-graduação, identificando os cursos que os profissionais estão necessitando, bem como na graduação, possibilitando identificar quais são as dificuldades dos graduados ao longo de sua carreira.

A carência de informações relacionadas a esta área, no estado do Acre, é preocupante, pois impossibilita que outras ações sejam desenhadas para mitigar estas dificuldades vivenciadas pelo trabalhador.

Quanto à própria bonificação, observou-se que no momento da edição da resolução, não houve distinção entre capital e municípios, embora tenha-se utilizados os índices do IDEB, os quais demonstram haver uma discrepância latente dentro do próprio estado. A implementação de uma bonificação diferenciada entre capital e outros municípios já é utilizada em outras instituições, e encontra alicerce nos mesmos argumentos que deram suporte a bonificação implementada na UFAC, mas agora com um foco interno. Neste sentido, opina-se pela adoção de um modelo de bonificação com percentuais diferenciados, respeitando os índices de desenvolvimento da educação básica, com a finalidade de aproximar-se da equidade de condições entre os candidatos do estado do Acre.

Um importante apontamento que se faz destaque, muito embora a bonificação definida pela resolução não se aplique aos candidatos cotistas, se mostra interessante instituir uma comissão de estudos para identificar se não poderia ser possível a implementação da bonificação em todas as vagas da universidade, como é praticado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, especialmente para candidatos às vagas de pessoa com deficiência.

Quanto a possibilidade de alterar as dinâmicas de migração de profissionais no estado, importante destacar as falas que mais se destacaram nas entrevistas, as quais se relacionam diretamente com a oferta de trabalho, qualificação e condições de trabalho no interior e na capital do Acre.

Embora a bonificação não tenha se apresentado com suficiente para impactar estes movimentos migratórios, resta cabalmente demonstrado que a presença de diferentes atores políticos dentro de um movimento direcionado para superação das condições repulsoras de profissionais, se mostra extremamente necessária.

Dito isto, aponta-se como alternativas para o problema referente à oferta de trabalho e remuneração, a implementação de um grupo de estudos que avaliará a demanda de profissionais dentro do setor público, objetivando dar andamento aos processo de seleção de profissionais efetivos, bem como a formação de um grupo de

estudos com a participação do Estado e o CRM, para reformular o plano de cargos e carreiras dos médicos no estado.

Quanto a problemática vivenciada pelos profissionais das engenharias, após identificar que também existe uma escassez de concursos efetivos, aponto que inicialmente o estado deve reunir-se com o CREA para instaurar uma comissão avaliadora das condições de empregabilidade dos profissionais no estado do Acre, bem como a reformulação do processo de seleção, implementando um critério de pesos que respeite as competências do candidato, não necessariamente excluindo a experiência do certame.

No que se refere a principal demanda apresentada pela OAB, percebe-se que esta possui forte relação com a atuação da UFAC, visto que se define como a escassez de cursos de mestrado e doutorado ofertados no estado.

Objetivando superar esta demanda, aponta-se a possibilidade de implementar um grupo de pesquisa composto pela OAB-AC, em especial seus órgãos responsáveis pela jovem advocacia e pela escola da advocacia, juntamente com a UFAC, IFAC, representantes do Governo do Acre, Escola da Magistratura, Escola do Ministério Público, objetivando identificar as demandas do estado, referente a implementação de cursos de mestrado e doutorado, e posteriormente, a implementação destes cursos de forma institucional por parte das instituições de ensino superior público no estado.

6. CONCLUSÕES

O estudo apresentou como objetivo geral, a busca dos reflexos que a política de regionalização, adotada pela UFAC apresentou para a administração. Para tanto, separou-se o estudo em duas etapas, a primeira voltada a identificar os reflexos imediatos na duração dos processos seletivos, e descrever o perfil de ingressos nos cursos de graduação e apresentar a dinâmica de evasão de estudantes por meio das transferências relacionáveis com a ação afirmativa.

A segunda parte do trabalho destinou-se a identificação de fatores de relacionados com atração e repulsão de profissionais no estado do Acre, objetivando fazer um paralelo com a política pública implementada na UFAC, com a finalidade de identificar se a política possuía capacidade de gerar impactos nos movimentos

migratórios, ou seria necessário a adoção de uma política de regionalismo, envolvendo ações de diferentes agentes.

Quanto aos achados da primeira parte, obtidos pelo constructo, pode-se afirmar que a ação afirmativa implementada na UFAC possui impacto direto no número de chamadas, aumentando a agilidade do processo de seleção, deste modo, reduzindo os gastos com o processo seletivo.

Foi possível descrever o padrão de movimento do estudante ingresso que utilizou o bônus de do argumento de inclusão regional, especialmente demonstrando que o a incidência de transferências caiu ao longo do tempo, especialmente quando se trata de alunos oriundos de outros estados. A implementação da política não trouxe impactos perceptíveis na dinâmica de desistências, visto que esta modalidade de evasão se relaciona com uma gama muito subjetiva de elementos com os quais a política de bonificação do argumento de inclusão regional não tem impacto.

Referente aos ingressos e sua naturalidade, a ação afirmativa tinha como suposto impacto, o incremento do número de alunos naturais do estado do Acre matriculados na UFAC. Após as comparações do número de ingresso no período de 2014 até 2021, constatou-se que, após a adoção da ação afirmativa, realmente ocorreu um incremento neste número, ficando em níveis de proporção ainda não presenciados no período anterior a adoção da ação afirmativa.

Sobre o impacto observado dentro das transferências, infere-se que a adoção da política teve reflexos diretos no fenômeno. A assertiva se confirma quando se compara o número de transferências de acordo com cada turma de ingresso. A escolha deste forma se justifica com o primeiro efeito imediato, a saber o incremento do número de alunos acreanos dentro da população total de matriculados, situação que torna evidente a necessidade de acompanhar cada grupo de estudantes por meio de seu processo de entrada na UFAC, buscando agrupar os fatores relacionados com a entrada e a permanência de acordo com a vivência destes grupos.

A instituição presenciou uma queda acentuada do número de transferidos referente às turmas que ingressaram utilizando a ação afirmativa, inclusive estes números se estabilizaram no menor patamar possível, demonstrando que nenhum aluno na última turma de 2021 solicitou transferência.

Outra observação interessante, se refere aos cursos dos alunos que realizam estas transferências, infere-se que o curso de medicina, seguido do curso de direito e posteriormente o curso de agronomia, são os maiores responsáveis por dar evasão aos alunos, utilizando a transferência para esta finalidade. Com o implemento da bonificação, o curso de medicina e direito apareceram como cursos originários de transferências apenas no ano de 2019, não retornando a aparecer nos anos seguintes, situação nunca antes presenciada, em especial para o curso de medicina.

Dito isto, importante enfatizar que a ação afirmativa não se propõe a impedir o acesso de alunos de outros estados aos cursos de graduação da UFAC, a primeira função da ação é equiparar as condições de acesso ao ensino superior, em função da latente diferença na qualidade da educação básica, confirmada por índices de desenvolvimento da educação básica.

Avaliando o índice do IDEB, observa-se que a educação básica no estado do Acre não é heterogênea, apresentando varrições significativas entre os municípios do estado. Em função desta observação, bem como da possibilidade legal, o estudo deixa o questionamento se não seria o caso, rever a política afirmativa, para alterar o valor da bonificação em função de uma estratificação intermunicipal dos índices educacionais. Neste modelo, a busca por equidade estaria respeitando as próprias particularidades do estado.

Sobre a segunda parte, inicialmente adotaríamos o envio de um questionário aos alunos egressos do período de 2014 até 2021, mas por conta de uma baixa qualidade dos e-mails coletados na instituição de ensino, somada com a falta de adesão dos entrevistados quanto a questionário enviado, este método se mostrou insuficiente para tentar identificar os fatores de repulsão e atração que o estado possa ter em relação aos demais.

Alternativamente, optou-se por mapear o número de conselhos de classe, que possuem sede no estado do Acre, e estavam dentro da lista de cursos com a maior taxa de evasão por transferência. Diante destes dados, encaminhamos solicitação aos conselhos, e obtivemos a adesão de 3 conselhos, responsáveis por 6 cursos que aparecem na lista de cursos que mais transferem alunos para outras instituições.

Em posse das repostas, foram feitas codificações sobre as entrevistas, para facilitar o manuseio das informações prestas. Em conseqüente, utilizamos os ensinamos de Portes (1976), para identificar grupos de repulsão e atração, sendo identificados cinco grupos presentes nas respostas dos entrevistados, além de mais um grupo que não se liga diretamente com a teoria aplicada, mas se direciona diretamente com as particularidades da profissão.

Durante as entrevistas, constatou-se que alguns grupos de profissionais possuem tendência a emigrar do estado, exemplo fortemente identificável dentro dos profissionais da medicina. Este fenômeno se relaciona diretamente com as questões sociais, econômicas e estruturais do estado do Acre, mas principalmente com relação as condições de trabalho e a precarização da rede pública de saúde no interior do estado.

Diante dos apontamentos de Winchie e Carment (1989) e Portes (1976), é adequado avaliar todas as questões relacionadas com a migração destes talentos, antes que se possa implementar qualquer ação no sentido de reverter o movimento migratório, dito isto, o presente estudo passou à avaliar as falas dos dirigentes de classe para identificar quais áreas apresentavam problemas relacionáveis ou não com o bônus do argumento de inclusão regional.

O estudo chegou a conclusão de que os profissionais da área médica possuem muitos dilemas relacionáveis com a escassez de postos de trabalhos com salários atrativos no interior do estado do Acre, as condições de emprego no interior são precárias ao ponto dos profissionais terem medo de atuar e serem responsabilizados por qualquer intercorrência nos procedimentos cirúrgicos por falta de infraestrutura e materiais básicos de saúde.

O mercado particular não é movimentado o suficiente para atuação destes profissionais no interior, concentrando a atuação dos profissionais na capital, e mesmo assim a ausência de tecnologias de diagnóstico é um fator para afastar profissionais que atuam em especialidades diretamente ligadas com a implementação de novas tecnologias de diagnóstico.

Dito isto, conclui-se que o estado não é atrativo aos profissionais da área médica, inclusive podendo ser definido com um estado com fortes características repulsora, visto que não consegue manter os profissionais formados dentro de seu território.

Quanto aos apontamentos extraídos da narrativa da Presidente do CREA, o panorama mudou e apresentando diferenças significativas dentro do próprio conselho em relação a algumas situações específicas vivenciadas pelos profissionais no estado do Acre.

Neste sentido, o estudo encontrou as seguintes situações em que o estado do Acre se mostra atrativo quando relacionado ao ramo de trabalho ligado à engenharia elétrica: o estado apresenta um setor econômico voltado a iniciativa particular extremamente aquecido, o que gera uma demanda muito grande na capital e no interior, voltado para implementação de projetos de captação, produção e armazenamento de energia solar. As empresas instaladas na região não conseguem suprir a demanda por estes serviços. A presença de postos de trabalho para os alunos egressos da UFAC da Engenharia elétrica é uma constante dentro da iniciativa privada, mas no que se refere a iniciativa pública, a situação muda drasticamente.

Sobre a iniciativa pública, os postos de trabalho para as engenharias no geral são um tanto quanto resistentes a inserção de profissionais recém-formados e com um portfólio restrito de trabalhos realizados, situação muito evidente nos editais de licitação e de contratação de servidores. Quanto aos editais de concurso público, o estado não costuma lançar vagas de provimento efetivo, e costuma utilizar processos simplificados de concorrência, o que reforça a exigência de vasta experiência profissional como critério de eliminação e classificação.

Sobre a exigência de experiência em editais de licitação de obras públicas, infere-se que se trata de uma política institucionalizada, que gera uma nas empresas licitantes, a necessidade de contratação de engenheiros com vasta experiência no setor, e para tanto, se costuma pagar altos salários, dado o grau de importância que estes profissionais possuem no processo licitatório, mas as empresas contratam profissionais com pouca experiência para atuar na mesma obra, recebendo menos e executando os mesmos serviços. Situação que não torna este setor atrativo para os jovens profissionais formados no estado.

Atinente aos profissionais do direito, o presidente da OAB-AC conseguiu demonstrar de forma categórica a diferença de um conselho estruturado e com ações voltadas para a atuação de jovens profissionais, inclusive implementando um órgão

interno voltado exclusivamente para reconhecer e atender as demandas desta parcela da categoria.

Nas outras duas áreas avaliadas os conselhos foram categóricos em afirmar que a demanda de cursos de especialização era suficiente para demanda, mas a OAB-AC informou o oposto, definindo que a demanda é grande, a oferta é insuficiente, em especial para cursos de mestrado e doutorado no estado do Acre, mas que a OAB-AC busca facilitar este acesso por meio de convênios e parcerias com instituições particulares de outros estados.

Em suas respostas, percebeu-se que a ausência de cursos de mestrado e doutorado na área do direito, é um fator pouco atrativo para o estado do Acre, mas o próprio conselho busca alterar este cenário na medida do possível, evidenciando que a atuação de agentes diversos nas demandas da classe é uma ferramenta fundamental para superação da fuga de talentos no Acre.

Diante da avaliação qualitativa das entrevistas, infere-se que a política afirmativa não possui robustez para isoladamente alterar as dinâmicas de migração de profissionais no estado, visto que não apresentou correlação direta com as demandas apresentadas pelos conselhos de classe avaliados, restringindo-se a ampliar a probabilidade de formar alunos que já possuem vínculo familiar com o estado.

Vale destacar, que a presença de questões familiares se mostra importante na perspectiva dos conselhos, mas não é um fator extremamente determinante para fixar ou não residência no estado.

Pesquisas futuras podem tentar identificar estes fatores em função e questionamentos direto com os profissionais atuantes e com os profissionais egressos das instituições de ensino, objetivando aprofundar os estudos na percepção de uma população, aplicando fatores de interferência ao perfil de indivíduos estudados, como por exemplo, o fator econômico, o fator de gênero, e o fator idade.

Por fim, reforça-se o papel que o acompanhamento dos egressos, por parte da própria UFAC, pode ter na implementação de políticas voltadas a educação continuada, e até mesmo na adequação da oferta de cursos de graduação. A instituição precisa priorizar esta avaliação, de forma a torná-la um processo institucional de rotina.

REFERENCIAS

ABDALLA, Márcio Moutinho., AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco., GONZALEZ, Rafael Kuramoto., OLIVEIRA, Leonel Gois Lima Oliveira. **A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo.** In: IV ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – ENEPQ. Brasília, DF. 2013.

ABREU, Luís. **Mecanismos de Seleção de Gale-Shapley Dinâmicos em Universidades Brasileiras: SISU, SISU α , SISU β .** 2013. Fortaleza: UFC, p.74, 2014.

ABRUCIO, Fernando L. e LOUREIRO, Maria R. **Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira.** In: Pires et al (Orgs.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Ipea: Enap, p.23-57. 2018.

ABRUCIO, Fernando L. e SEGATO, C. I. **A política de Educação e os governos subnacionais pós-Constituição Federal de 1988: diversidades e desafios.** ALVES, Mário Aquino. Por uma gestão pública democrática: 25 anos do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo. – São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, p.173-186. 2017.

ACRE, **Resolução CONSU/UFAC nº 25 de 2018.** Disponível em: < <http://www2.ufac.br/editais/prograd/edital-enem-sisu-2020-1a-edicao/edital-enem-sisu-1a-edicao-de-2020-1o-semester-letivo/anexo-xii-do-argumento-de-inclusao-regional-resolucao-do-conselho-universitario-consu-da-ufac-no-25-de-11-de-outubro-de-2018.pdf/view> >. Acesso em 09 de março de 2020.

ACRE, **Resolução CONSU/UFAC nº 58 de 2019.** Disponível em: < <http://www2.ufac.br/editais/prograd/edital-enem-sisu-2020-1a-edicao/edital-enem-sisu-1a-edicao-de-2020-1o-semester-letivo/anexo-xiii-do-argumento-de-inclusao-regional-resolucao-do-conselho-universitario-consu-da-ufac-no-58-de-27-de-novembro-de-2019.pdf/view> >. Acesso em 09 de março de 2020.

ADEYEMI R.A., Joel A., Ebenezer J. T., et al. **The effect of brain drain on the economic development of developing countries: Evidence from selected African countries.** J Health Soc Issues, p. 66-76. 2018.

ALEM, A. **Impact of Brain Drain on Sub-Saharan Africa.** The Reporter. 2016. Disponível em: < https://www.thereporterethiopia.com/content/impact-brain-drain-sub-saharan-africa?_cf_chl_jschl_tk_=pmd_1951e297f77925601532d17519cdf7fd22e5a270-1628823510-0-ggNtZGzNAq2jcnBszQi6>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

ALTBACH, P. **Brain Drain or Brain Exchange?** International Higher Education, Volume 2. Number 72. Page 2-4, 2013

Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.] – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 2012. 11.340.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm >. Acesso em: 09 de março de 2020.

_____, **Decreto nº 7.824 de 2012.** Disponível em: < <http://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/Decreto%207.824%20-%2011-10-2012.pdf> >. Acesso em: 09 de março de 2020.

ANDRADE, Erika Lemes de e BARBOSA, Nelson Bezerra. **Políticas Públicas de Educação Profissional e a inserção de egressos no mercado de trabalho.** Revista Trabalho & Educação, 2017, Belo Horizonte, V. 26, N. 2, P. 171-187, MAIO/AGO. 2017. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8047/0>.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Estudo de egressos de cursos de graduação:** subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. Educar em Revista, Curitiba, n. 54, p. 203-219, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n54/a13n54.pdf>.

BASTOS, Adriana Teixeira e ROCHA, Cláudio César Torquato. **Paradigma epistemológico em pesquisa em Educação:** uma proposta fundamentada em escolhas. In: 6º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), Fortaleza: 2018.

BEINE, M., DOCQUIER, F. & RAPOPORT, H. **Brain Drain and Human Capital Formation in Developing Countries:** Winners and Losers. The Economic Journal, 118, p. 631- 652. 2008.

BUCKLASCHUK, J. & WILKINSON, L. **A Profile of economic and labour market integration among Immigrants in Canada.** 1-36. Retrieved October 22, 2011, disponível em: <https://sites.ualberta.ca/~pcerii/final%20reports/RDC%20review%20paper%20FINAL%20July%2015%5B1%5D.pdf>, Acessado em 15/02/2021.

CENEVIVA, Ricardo. **Accountability:** novos fatos e novos argumentos — uma revisão da literatura recente. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpad, 2006.

CHOU, Meng-Hsuan & RAVINET, Pauline. **The Rise of ‘Higher Education Regionalism’:** An Agenda for Higher Education Research. p. 361-378, 2015. doi 10.1007/978-1-137-45617-5_20.

COCCO R, NUNES GL, SANTOS SA, KEMPKA SB. **Política de expansão e interiorização/regionalização do ensino público superior no Brasil, o caso da**

UFSM/CESNORS: uma perspectiva a partir do egresso. In: Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação [internet]; 14 a 16 abr 2014. Porto, Portugal: ANPAE; 2014

CORTELLA, M. S. **Relação entre o vestibular e o sistema educacional.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Seminários vestibular hoje. Brasília, DF, p. 161-163. 1987.

COKER, M. A., UGWU, D., & ADAMS, J. A.. **Corruption and Direct Foreign Investments in Nigeria:** Challenges of Implementing Anti-Corruption Programmes under Obasanjo, 1999-2007. Global Advanced Research Journal of History, Political Science & International Relations, p. 79-88. 2012.

CZERNIASKI, Lizandra Felippi. **Políticas públicas de democratização do ensino superior:** um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Francisco Beltrão. Maringá: UEM, p.111, 2014.

DALE, Roger. **Os diferentes papéis, propósitos e resultados dos modelos nacionais e regionais de educação.** Educ. Soc., Campinas , v. 30, n. 108, p. 867-890, Oct. 2009 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300012&lng=en&nrm=iso>.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The new public service:** serving, not steering. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação educativa:** produção de sentidos com valor de formação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

FAWCETT, LOUISE & GANDOIS, Helene, **Regionalism in Africa and the Middle East:** Implications for EU Studies, Journal of European Integration, 32:6, 617-636, 2010, DOI: 10.1080/07036337.2010.518719

FREEMAN, R. E.; REED, D. L. **Stockholders and stakeholders:** a new perspective on Corporate Governance. California Management Review, California, v. 25, n. 3, 1983.

GARCÍA Guadilla, Carmem, **Heterogeneidad y concentración en las dinámicas geopolíticas del conocimiento académico.** Reflexiones y preguntas para el caso de América Latina, Políticas de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas, CLACSO e Instituto de Investigaciones Gino Germani, p. 135-164. 2010.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração.** Texto para discussão nº 268. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2004. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/>>

HABLEY, Wesley; BLOOM, Jennifer; ROBBINS, Steve. **Increasing Persistence: research-based strategies for college student success.** New Jersey: John Wiley & Sons, 2012.

HAMERI, S, & JAYASURIYA, K. **Regulatory Regionalism and the Dynamics of Territorial Politics: The Case of the Asia-Pacific Region.** *Political Studies*, 59, 20-37. doi: 10.1111/j.1467-9248.2010.00854.x, 2011.

HUTCH A, BEKELE A, O'FLYNN E, NDONGA A, TIERNEY S, FUALAL J, SAMKANGE C, ERZINGATSIAN K. **The Brain Drain Myth: Retention of Specialist Surgical Graduates in East, Central and Southern Africa, 1974-2013.** *World J Surg.* Dec;41(12):3046-3053. doi: 10.1007/s00268-017-4307-x, 2017.

IRAVANI, Mohammad Reza. **Brain drain Problem: A Review,** *International Journal of Business and Social Science*, Volume 2, No 15, 2011.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec.** *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 624-661, 2016.

LI, D. L.. **O Novo ENEM e a plataforma SiSU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil.** São Paulo: USP, p. 108, 2016.

MAINWARING, Scott. **Introduction: democratic accountability in Latin America.** In: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher. *Democratic accountability in Latin America.* Nova York: Oxford Press, p. 3-33. 2003.

MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky and SILVA, Fernanda Cristina da. **Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais.** *Rev. Adm. Pública* [online]. vol.47, n.3, p.745-775. 2013, ISSN 0034-7612. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300010>.

MEDEIROS, P.H.R. **Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal.** *O&S – v.13 - n.37*, 2006.

MELLO, Alex F. de; ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma Universidade Socialmente Relevante. Atos de Pesquisa em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação/FURB, Blumenau, v.4, n. 3, p. 292-302, 2009.**

MELLO, Gilmar Ribeiro de; slomski, Valmor. **Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros: no âmbito do poder executivo.** *JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag.* (Online), São Paulo, v. 7, n. 2, p. 375-408, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180717752010000200007&lng=en&nrm=iso>.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler and PINHO, Maria José de. **A responsabilidade social universitária e a**

avaliação institucional: reflexões iniciais. Avaliação (Campinas) [online]. vol.22, n.1, p.165-177. 2017. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000100009>.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.** Rev. adm. empres. [online]. vol.45, n.1, p.36-49. 2005. ISSN 0034-7590. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>.

PEREIRA, V. M. **O Recente processo migratório brasileiro e seus determinantes.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

PERROTTA, Daniela Vanesa. **Regionalism and higher education in south América:** A comparative analysis for understanding internationalization Journal of Supranational Policies of Education 4, p. 54-81, 2016. Disponível em <http://hdl.handle.net/10486/671238>.

PHILLIPS, N. **‘Regionalist Governance in the New Political Economy of Development:’** “Relaunching” the Mercosur’, Third World Quarterly, 22 (4), p. 565–83, 2001.

PORTES, A. **Determinants of the Brain Drain.** International Migration Review, Vol.10, nº 4, p.489-508, 1976.

SAJJAD, N. **Causes and Solutions to Intellectual Brain Drain in Pakistan.** Asian Higher Education Journal. Volume 1. Issue: 59. 2010.

SANDOVAL, M. H.; WONG, L. R.; GIRARDI, S. N.; MAAS, L. W. D. **Migração dos médicos:** Uma análise dos movimentos migratórios dos profissionais da saúde no Brasil segundo Unidades de Federação (2000-2010). Revista Geografias, [S. l.], p. 86–99, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13449>

SANTOS, Janete dos. **Acesso à educação superior:** a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Salvador: UFBA, P. 126, 2013.

SUTHERLAND, C. **‘Reconciling Nation and Region: Vietnamese Nation Building and ASEAN Regionalism’**, Political Studies, 57 (2), p. 316–36. 2009.

WERNICK et al., **Brain drain in academic medicine: Dealing with personnel departures and loss of talento.** Symposium: Leadership and Talent Management in Academic Medicine, volume 2, p. 68-77. 2016.

WINCHIE DB, CARMENT DW. **Migration and Motivation:** The Migrant’s Perspective. International Migration Review. 1989; 23(1):96-104. doi:10.1177/019791838902300105